

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 030

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 02 DE ABRIL DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|--------------------------------|------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> | <i>Durval Amaral</i> |
| <i>Líder da Oposição</i> | <i>Waldyr Pugliesi</i> |
| <i>PTB</i> | <i>Algaci Tulio</i> |
| <i>PFL</i> | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PSDB</i> | <i>Sérgio Spada</i> |
| <i>PMDB</i> | <i>Nereu Moura</i> |
| <i>PPB</i> | <i>Tony Garcia</i> |
| <i>PT</i> | <i>Hermes Fonseca</i> |
| <i>PDT</i> | <i>Luiz Carlos Zuk</i> |
| <i>PSL</i> | <i>Edno Guimarães</i> |
| <i>PST</i> | <i>Divanir Braz Palma</i> |
| <i>PL</i> | <i>Serafina Carrilho</i> |
| <i>PSB</i> | <i>Moysés Leônidas</i> |

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 020ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE ABRIL DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Antonio Anibelli.

Às hora regimental, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO Nº 032/2001

Curitiba, 07 de março de 2001.

Senhor Presidente.

Venho por meio deste, comunicar a Vossa Excelência a minha desfiliação do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, nos termos do Ofício nº 031/2001, expedido em 07

de março de 2001, ao doutor Emerson Palmieri, presidente do Diretório Estadual.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

(a) CEZAR SILVESTRI

OFÍCIO Nº 166/2001

Gabinete da Presidência

Curitiba, 28 de março de 2001.

Senhor Presidente.

Encaminho a Vossa Excelência proposta de Projeto de lei para alteração do regimento de Custas do Foro Extrajudicial, para que se faça adaptação à Lei nº 10.169/2000, extinguindo-se o Valor de Referência de Custas (VRC), tendo em vista deliberação unânime aprovada na Sessão Ordinária do Órgão Especial, realizada no dia 26 de março próximo passado.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) TROIANO NETTO

Presidente

PROTOCOLO Nº 23.894/2001

Certifico que na nossa sessão ordinária realizada em 26 de março de 2001, o egrégio Órgão Especial, à unanimidade de votos, aprovou proposta de projeto de lei para alteração do regimento de custas do Foro Extrajudicial, extinguindo-se o Valor de Referência de Custas (VRC), para que se faça adaptação à Lei Federal nº 10.169/2000.

Certifico, ainda, que por ocasião da apreciação da matéria estavam presentes à sessão presidida pelo Excelentíssimo senhor desembargador Troiano Netto, os Excelentíssimos senhores desembargadores Oto Spohnholz, Altair Patitucci, Tadeu Costa, Accácio Cambi, Trotta Telles, Moacir Guimarães, Ulysses Lopes, Clotário Portugal Neto, J. Vidal Coelho, Newton Luz, Carlos Hoffmann, Telmo Cherem, Antonio Gomes da Silva, Jesus Sarrão, José Wanderlei Resende, Antonio Lopes de Noronha, Octávio Valeixo, Dilmar Kessler (substituindo o desembargador Darcy Nasser de Melo), Nério Spessato Ferreira (substituindo o desembargador Sydney Zappa), Cordeiro Cleve (substituindo o desembargador Osiris Fontoura) e Ruy Fernando de Oliveira (substituindo o desembargador Pacheco Rocha).

(a) ROSANA MILLEN ZAPPA

Secretária do Tribunal de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - As Tabelas de Custas dos atos decorrentes dos serviços notariais e de registros, de conformidade com a Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2.000, passam a vigorar na forma das tabelas XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI da Lei Estadual nº 11.960/97, extinto o módulo unitário do Valor de Referência de Custas (VRC).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TABELA XI
Atos dos Tabeliães

| | | |
|---|---------------|--------------|
| I - Reconhecimento de Firma: a) sem valor declarado. b) com valor declarado e/ou autenticidade | 1,63 3,27 | 0,00 0,00 |
| II - Autenticações de papéis, documentos e fotocópias, por ato. | 1,50 | 0,00 |
| III -Procuração Por outorgante ou outorgado que acrescer Em causa própria, metade das custas do item IV desta tabela. | 28,85 0,75 | 0,00 0,00 |
| IV - Escrituras: (incluído o traslado) sem valor declarado 50% do item 1º da tabela abaixo. | | |

| R\$ | R\$ | CPC |
|-----------|---------|-------------|
| 4,200.00 | 94.50 | Vide nota 4 |
| 4,950.00 | 111.38 | |
| 5,700.00 | 128.25 | |
| 6,450.00 | 145.13 | |
| 7,200.00 | 162.00 | |
| 7,950.00 | 178.88 | |
| 8,700.00 | 1195.75 | |
| 9,450.00 | 213.63 | |
| 10,200.00 | 229.50 | |
| 10,950.00 | 246.38 | |
| 11,700.00 | 263.25 | |
| 12,450.00 | 273.90 | |
| 13,200.00 | 290.40 | |
| 13,950.00 | 306.90 | |
| 14,700.00 | 323.40 | |
| 15,450.00 | 339.90 | |
| 16,200.00 | 356.40 | |
| 16,950.00 | 372.90 | |

OBS: - Esta Tabela não é progressiva.

| | | |
|---|--------------------------|---|
| V - Testamento: a) Público b) Aprovação de testamento cerrado c) Revogação | 150.00 22.50 75.00 | Vide nota 4 Vide nota 4 Vide nota 4 |
| VI - Constituição de Condomínio e Divisão ou Partilha amigável por unidade, mais | 75.00 3.00 | Vide nota 4 Vide nota 4 |
| VII - Certidões: a) Procurações b) de escritura - primeira folha por página que crescer | 3,00 2,25 0,90 | 0,00 0,00 0,00 |
| VIII - Pública forma: a) primeira folha b) por página que crescer | 3,45 2,25 | 0,00 0,00 |
| IX - Buscas: por dez (10) anos ou fração | 0,45 | 0,00 |
| a) Tratando-se de um, só adquirente ou devedor, pessoa física, numa única escritura que versar sobre diversas unidades de um mesmo loteamento ou edifício condominal, as custas serão cobradas pela forma abaixo. b) Pelas três (03) primeiras unidades, custas integrais; c) cada uma das demais unidades, 80% (oitenta por cento) das custas integrais. | | |

NOTAS

1. Escrituras de contrato de financiamento dentro do Plano Nacional de Habitação, a metade das custas fixadas.

2. Nenhum acréscimo será devido pela transcrição nas escrituras de alvarás, talões de sisa, certidões e outros papéis necessários à perfeição ao ato.

3. No título que haja incidência de imposto de transmissão de bens imóveis e do direito a ele relativo, as custas deverão ser cobradas pela avaliação dada ao imóvel para aquela incidência.

4. Recolhimento o CPC das custas devidas pelos atos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrância inicial e final (Lei nº 10.546/93).

OBS: O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

TABELA XII
Atos dos Oficiais do Registro Civil

| | R\$ | CPC |
|---|-------------------------------|------------------------------|
| I - Averbações: a) de sentença de nulidade ou anulação de casamento, separação judicial, ou divórcio; ato de restabelecimento de sociedade conjugal, de escritura de adoção ou atos que a dissolvam. b) de alteração de nome e retificação de assento | 9,00 9,00 | 0,00 0,00 |
| II - Certidões de Nascimento, Casamento ou Óbito: a) em breve relatório b) verbo ad verbo - primeira folha por folha que exceder c) havendo necessidade de busca, por 10 (dez) anos ou fração | 13,13 4,88 1,13 0,75 | 0,00 0,00 0,00 0,00 |

TABELA XII
Atos dos Oficiais do Registro Civil

| | | |
|--|--------|-------------|
| III - Habilitação para casamento | 112,50 | Vide nota 4 |
| a) Justificação para dispensa de editais de proclamas, suprimimento de idade e de consentimento. | 5,25 | 0,00 |
| b) Casamento fora do Cartório, excluída a despesa com a condução, a cargo do interessado. | 150,00 | 0,00 |
| c) Registro de editais recebidos de outro ofício | 3,75 | 0,00 |

NOTAS

1. É vedada a cobrança acumulada das alíneas “a” e “c” deste item III.

2. É vedada a cobrança acumulada do item III com a letra “b” do mesmo item.

| | | |
|---|-------|-------------|
| IV - Registro de Nascimento ou de Óbito com a primeira certidão | | |
| a) independente de despacho Judicial | 22,50 | Vide nota 4 |
| b) mediante despacho Judicial | 26,25 | Vide nota 4 |
| V - Retificação de assento à margem, mediante justificação, com ou sem prova. | 5,25 | 0,00 |
| VI - Inscrição de casamento religioso. | 15,00 | 0,00 |
| VII - Registro: de emancipação, ausência, interdição, inclusive averbação. | 11,25 | 0,00 |
| VIII - Inscrição de opção e aquisição de nacionalidade, adoção e legitimação. | 12,75 | 0,00 |

NOTAS

1. Os atos que por determinação legal forem isentos de custas não sofrerão incidência da alíquota à carteira de Previdência Complementar e às Associações.

2. No item V não haverá custas quando o erro for do cartório.

3. Serão gratuitos todos os atos, inclusive as certidões, para pessoa que se declare pobre, nos termos do artigo 30, parágrafo 1º da Lei nº 6.015/73.

4. O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados é de 4%, 5% e 6% respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei nº 10.546/93).

OBS: O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

TABELA XIII
Atos dos Oficiais do Registro de Imóveis

| | R\$ | CPC |
|---|------|-------------|
| I - Arquivamento de qualquer documento. | 0,53 | 0,00 |
| II - Averbação (inclusive a prenotação, a busca e arquivamento): | | |
| a) de mudança de numeração, reconstrução e demolição de prédios de desmembramento e fusão de terreno, de alteração de nome em virtude de casamento, de viuvez, de separação ou divórcio consensual ou judicial litigioso, de retificação de averbação ou de registro e matrícula, desde que tal retificação não importe na alteração do valor contratual. | 4,50 | Vide nota 6 |
| b) de liberação parcial e garantia hipotecária | 6,00 | Vide nota 6 |
| c) de liberação total de garantia hipotecária - as mesmas custas do item XIII letra A | | |
| d) demais averbações atribuídas ao Registro de Imóveis, serão cobradas a metade das custas determinadas no item XIII. | | |
| e) de contrato de Locação, para fins de preferências (art. 167, II, 16 L.R.P.), 30% sobre as custas determinadas no item XIII. | | Vide nota 6 |
| III - Buscas: cada 10 (dez) anos. | 0,23 | 0,00 |

TABELA XIII
Atos dos Oficiais do Registro de Imóveis

| | | |
|-----------------------------|------|------|
| IV - Certidões: | | |
| a) de registro ou ônus real | 5,03 | 0,00 |
| b) negativa de propriedade | 3,00 | 0,00 |

NOTAS

1. Nas certidões negativas de propriedade cobrar-se-á mais 1,00 VRC (R\$0,08) por pessoa que exceder a uma, entendendo-se por pessoa o casal interessado.

2. Se as certidões mencionadas na alínea “a” deste item se referir a mais de um registro, cobrar-se-á mais 2,00 VRC (R\$0,15) por registro que exceder.

| | | |
|---|---------------------------|---|
| V - Registro de Cédulas de Crédito e Financiamento Rural, Industrial, Comercial e Exportação - as mesmas custas do item XIII letra A | | |
| VI - Registro no livro 2, de hipoteca cedular: a) Cédula de Crédito e Financiamento Rural, o mesmo valor previsto no item V, para o registro de cada imóvel. b) Das demais cédulas mencionadas no item V, o mesmo. | | |
| VII - Averbações de cédulas rurais mencionadas no item V: 10% do item V. | | |
| VIII - Registro de escrituras de pacto ante nupcial no livro 3. Averbação de escritura de pacto ante nupcial no livro 2. | 4,50 1,50 | Vide nota 6 0,00 |
| IX - Incorporação e Condomínio: a) Registro de incorporação imobiliária: o mesmo preço do item XIII, calculado sobre o valor do terreno, custo global da obra (Lei Federal 4591, de 16.12.64, artigo 32, “h”). b) Registro de Instituição de condomínio. c) Registro de convenção de condomínio, qualquer que seja o número de unidade, incluindo o valor das averbações necessárias | 15,00 15,00 | Vide nota 6 Vide nota 6 Vide nota 6 |
| X - Registro de Loteamentos: a) Registro de loteamento ou desmembramento urbano ou rural, além das despesas de publicações de edital na imprensa, por lote ou gleba. b) Intimação ou notificação, excluídas as despesas de publicação de edital e condução. NOTA - Os emolumentos mínimos a serem cobrados na alínea “a”, até 50 (cinquenta) lotes, serão de: | 0,75 3,00 15,00 | Vide nota 6 0,00 Vide nota 6 |
| XI - Recebimento de prestações previstas no Dec. Lei nº 58, de 10.12.1937 e na Lei 6766, de 20.12.1979: a) pela abertura de conta e recebimento da primeira prestação. b) Pelo recebimento sem abertura de conta, 1% do valor depositado. NOTA - Os valores previstos neste item serão deduzidos da importância depositada pelos prestamistas. | 3,00 | 0,00 |
| XII - Matrícula: nos casos de unificação e desmembramento do imóvel, pela certidão. | 2,25 | Vide nota 6 |
| XIII - Registro de Títulos (inclusive buscas, matrícula e certidão): a) Sem valor declarado - 50% do item 1º da tabela abaixo. b) Com valor declarado: | | |

| R\$ | R\$ | Ao CPC |
|-----------|--------|-------------|
| 4,200.00 | 94.50 | |
| 4,950.00 | 111.38 | |
| 5,700.00 | 128.25 | |
| 6,450.00 | 145.13 | |
| 7,200.00 | 162.00 | |
| 7,950.00 | 178.88 | |
| 8,700.00 | 195.75 | Vide nota 4 |
| 9,450.00 | 213.63 | |
| 10,200.00 | 229.50 | |
| 10,950.00 | 246.38 | |
| 11,700.00 | 263.25 | |
| 12,450.00 | 273.90 | |
| 13,200.00 | 290.40 | |
| 13,950.00 | 306.90 | |
| 14,700.00 | 323.40 | |

OBS: Esta tabela não é progressiva

| | R\$ | CPC |
|--|------|----------------------------|
| XIV - Prenotação do título no protocolo. | 0,75 | 0,00 |
| XV - As inscrições dos contratos de abertura de crédito com garantias de penhor ou hipotecário, para o financiamento agrícola e pecuário com o Banco do Brasil S/A e o Banco do Estado do Paraná S/A pagarão a metade das custas previstas neste regimento (item V). OBS: Ver nota 3 | | Vide nota 6 |
| XVI - Prejudicado pelo sistema de folio real, instituído pela Lei 6015/73 | | |
| XVII - Do título em que haja incidência do imposto de transmissão de bens imóveis e dos direitos a ele relativos, as custas deverão ser cobradas pela avaliação dada ao imóvel para aquela incidência, exceto se o título é lavrado em cumprimento à promessa de compra e venda registrada no registro de imóveis, no prazo de sessenta dias de sua lavratura. | | Vide nota 6 |
| XVIII - Tratando-se de um só adquirente ou devedor, pessoa física, num único título que versa sobre diversas unidades de um mesmo loteamento ou edifício condominal as custas serão cobradas da seguinte forma: a) pelo registro da primeira unidade: custas integrais. b) Pelo registro de cada uma das demais unidades 80% (oitenta por cento) das custas integrais. | | Vide nota 6 Vide nota 6 |

| | | |
|---|------|-------------|
| <p>XIX - Serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento) as custas devidas pelos registros correspondente à primeira aquisição imobiliária, comprovada mediante declaração expressa do adquirente, sob as penas da lei, quando houver financiamento pelo sistema financeiro de habitação.</p> <p>a) Registro de averbação referente à aquisição de casa própria, em que seja parte Cooperativa Habitacional ou entidade assemelhada (artigo 290, § 1º, Lei 0615/73) - 30% do item XIII A</p> <p>b) Nos Programas de interesse social, executados pelas COHAB's ou entidades assemelhadas; atos de aquisição de imóveis e os de averbação de construção, estarão sujeitos às seguintes limitações;</p> <ul style="list-style-type: none"> - imóvel até 60 m2 de área construída: 40% do item XIII A. (Sem valor declarado) - mais de 60 m2 até 70 m2 : 50% do item XIII A. (Sem valor declarado) - mais de 70 m2 até 80 m2 : 60% do item XIII A. | | Vide nota 6 |
| <p>XX - Versando um título sobre a aquisição de um apartamento e uma garagem em edifício condominial e esta última unidade for considerada unidade autônoma, cada registro advindo do título aquisitivo dessa unidade garagem.</p> | 4,50 | Vide nota 6 |

NOTAS

1) Nos registros de penhora e de contratos de locação as custas correspondem a 30% (trinta por cento) do valor do item XIII.

2) Nos registro de hipoteca ou usufruto as custas correspondem a 50% (cinquenta por cento) do valor do item XIII.

3) Para o registro de hipoteca e penhora será considerado o valor da dívida e não o valor do imóvel.

4) Com a extinção do MVR Maior Valor de Referência pela Lei nº 8178/91, os registros referidos nos itens V e XIX. letras a e b, obedecerão para o cálculo de custas os valores fixados na Lei nº 8178/91, artigo 21:

17ª região - 2ª sub-região: R\$5,54 e 1ª sub-região R\$6,05.

5) Nos atos translativos da propriedade que não forem prenotados no prazo de trinta dias, a partir da data de sua celebração, as custas serão calculadas com base no valor constante no último lançamento do IPTU ou IPTR, salvo se o valor declarado no instrumento lhe for superior.

6) O recolhimento do CPC das custas devidas pelos praticados é de 4%, 5% e 6% respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei nº 10.546/93).

OBS: O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

TABELA XIV
Atos dos Oficiais de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

I - Registro Integral de Contrato, Título e Documentos com valor declarado:

| R\$ | R\$ | Ao CPC |
|----------|-------|-------------|
| 1,500.00 | 22.50 | |
| 1,800.00 | 27.00 | |
| 2,100.00 | 31.50 | |
| 2,400.00 | 36.00 | |
| 2,700.00 | 40.50 | |
| 3,000.00 | 45.00 | |
| 3,300.00 | 49.50 | Vide nota 3 |
| 3,600.00 | 54.00 | |

| | | |
|----------|-------|--|
| 3,900.00 | 58.50 | |
| 4,200.00 | 63.00 | |
| 4,500.00 | 67.50 | |
| 4,800.00 | 72.00 | |
| 5,100.00 | 76.50 | |

OBS: Esta tabela não é progressiva

| | R\$ | CPC |
|--|-------|-------------|
| II - Registro Integral de Títulos, Documentos ou Papel sem valor declarado | 22.50 | Vide nota 3 |
| III - Registro e entrega de notificações, inclusive a certidão à margem do registro e no documento. | 22.50 | Vide nota 3 |
| a) despesas de condução: no perímetro urbano. | 6.00 | Vide nota 3 |
| b) no perímetro rural ou em local distante do Cartório mais de 10 (dez) quilômetros. | 11.25 | Vide nota 3 |
| IV - Matrícula de Oficina Impressora, Jornal e outros periódicos. | 11.25 | Vide nota 3 |
| V - Inscrição de Pessoas Jurídicas de fins científicos, culturais, beneficentes ou religiosos, inclusive todos os atos de registro e arquivamento. | 7,50 | Vide nota 3 |
| VI - Inscrição de pessoa jurídica de fins econômicos, inclusive todos os atos do processo, registro e arquivamento: | | |

| R\$ | R\$ | Ao CPC |
|----------|-------|-------------|
| 1,500.00 | 22.50 | |
| 1,800.00 | 27.00 | |
| 2,100.00 | 31.50 | |
| 2,400.00 | 36.00 | |
| 2,700.00 | 40.50 | |
| 3,000.00 | 45.00 | Vide nota 3 |
| 3,300.00 | 49.50 | |
| 3,600.00 | 54.00 | |
| 3,900.00 | 58.50 | |
| 4,200.00 | 63.00 | |
| 4,500.00 | 67.50 | |
| 4,800.00 | 72.00 | |
| 5,100.00 | 76.50 | |

OBS: Esta tabela não é progressiva.

| | R\$ | CPC |
|---|------|------|
| VII - Certidões e Buscas: | | |
| a) Certidões | 3.00 | 0.00 |
| por páginas que acrescer | 0.75 | 0.00 |
| b) buscas por dez (10) anos ou fração | 0.23 | 0.00 |
| VIII - Xerocópia ou fotocópia de documento lavrado ou arquivado no Cartório | 0,23 | 0.00 |
| IX - Microfilme do documento referido nesta Tabela, qualquer que seja o número de página, mais | 0.23 | 0.00 |
| X - Autenticação procedida de acordo com a Lei Federal nº 5433, de 08 de março de 1968, regulamentada pelo Decreto nº 64393 de 24 de abril de 1969: | | |
| a) de microfilmagem por rolo de 16mm | 1.88 | 0.00 |
| b) de microfilmagem por rolo de 35mm | 4.50 | 0.00 |
| c) de cópia extraída de rolo de microfilme, legalizado, por página ou fotograma | 5.25 | 0.00 |

NOTAS

1 - Nos registros de aditamentos de contratos, títulos e documentos sem valor declarado, serão cobradas as custas previstas no item II.

2 - Se houver valor declarado no aditamento, dele será deduzido o valor original.

3 - O recolhimento do CPC das custas devidas pelo atos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei nº 10546/93).

OBS: O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

TABELA XV
Atos dos Oficiais de Protestos de Títulos

| I - Anotação ou protesto: | | |
|---------------------------|-------|-----------|
| R\$ | R\$ | CPC |
| 900.00 | 13.50 | |
| 1,200.00 | 18.00 | |
| 1,800.00 | 27.00 | |
| 2,400.00 | 36.00 | |
| 3,000.00 | 39.75 | |
| 3,600.00 | 43.50 | Vide nota |
| 4,200.00 | 47.25 | |
| 4,800.00 | 51.00 | |
| 5,400.00 | 54.75 | |
| 6,000.00 | 58.50 | |
| 6,600.00 | 62.25 | |

OBS: esta tabela não é progressiva.

| | | |
|---|--------------|--------------|
| II - Intimação | 6.00 | Vide nota |
| III - Cancelamento ou anulação de protesto ou averbação de pagamento: 80% das custas do nº I | | |
| IV - Certidões: a) negativa (por nome) e inteiro teor (por página) b) relatório breve (por ato) | 5.03 0.38 | 0.00 0.00 |
| V - Busca: por dez anos ou fração | 0.23 | 0.00 |
| VI - Autenticação de ato praticado ou de documento em poder da serventia | 0.05 | 0.00 |

NOTA:

comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei nº 10546/93).

O recolhimento do CPC das custas devidas pelos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas

OBS: O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

TABELA XVI
Dos Distribuidores

| | R\$ | CPC |
|--|--|-----|
| I - Distribuição e/ou registro para foro judicial e protocolo judiciário, para encaminhamento de petição ao Tribunal ou Comarca respectiva | 6.75 | |
| II - Distribuição e/ou registro para o foro extrajudicial: a) Títulos e Documentos b) Nas Comarcas onde houver somente um Ofício de Títulos e Documentos c) Tabelionatos d) nas Comarcas onde houver somente um Ofício de Tabelionato de Notas e) Protestos até R\$100.00 R\$100.00 a R\$1,000.00 R\$1,000.00 em diante f) Registro de Imóveis | 5.25 2.25 2.63 2.25 2.63 5.25 6.90 3.38 | |
| III - Averbação a margem da Distribuição e ou/registro | 1.20 | |
| IV - Baixa ou retificação a margem da Distribuição e/ou registro de aditivo, averbações, alterações e anexos | 1.95 | |
| V - Busca: a) Para informação verbal b) Por 10 (dez) anos ou fração que exceder os primeiros 20 (vinte) anos c) Para cumprimento do item 3.1.15 do CNCGJ | 1.20 1.20 5.93 | |
| VI - Certidão: a) Incluída a busca até 20 (vinte) anos b) por página que crescer | 10.58 0.60 | |

OBS: Vide nota 4

NOTAS

1 - As custas acima se referem a certidão por pessoa, não havendo qualquer acréscimo se solicitadas à menção de seu nome por extenso e abreviado, de solteira

ou casada, bem como de espólio ou massa falida correspondente à mesma pessoa.

2 - Para os atos praticados através de processamento de dados, as custas serão acrescidas de 10% (dez por cento).

3 - Nas certidões fornecidas em autos de processos criminais, com antecedentes de réus, a requerimento do

Ministério Público ou “*ex-officio*”, poderão ser cotadas as custas do item VI desta Tabela, as quais serão pagas a final, no caso de condenação.

4 - Autorizada a cobrança pela Lei 8329, de 01.07.86, publicada no Diário Oficial nº 2309 de 02.07.86.

5 - O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei nº 10.546/93).

JUSTIFICATIVA:

Com o escopo de regulamentar o art. 236, parágrafo 2º da Constituição Federal (Art. 236 - parágrafo 2º Lei Federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro), foi sancionada a Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000.

O art. 9º da referida Lei, dispõe que os Estados e o Distrito Federal, no âmbito de sua competência, respeitado o prazo de 90 dias, deverão proceder a revisão das tabelas de emolumentos atualmente em vigor, a fim de adaptá-la às normas de caráter geral estabelecidas no texto legislativo (arts. 1º, 2º e 3º).

Diante disso e considerando que compete ao Poder Judiciário a iniciativa do processo legislativo tendente a fixar ou modificar custas (art. 31 da Lei Estadual nº 7.567/82), foram elaborados estudos afim de adequar a legislação estadual às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 10.169/00

A Lei nº 10.169/00 estabeleceu princípios básicos que devem ser observados pela legislação estadual. São eles: 1) o valor dos emolumentos deve corresponder ao efetivo custo e à adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados, levando-se em conta, ainda, a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e registrais (Art. 1º, Parágrafo Único e Art. 2º, *caput*); 2) os valores serão expressos em moeda corrente (art. 2º, I); 3) os atos comuns serão remunerados por emolumentos específicos e fixados para cada espécie de ato (art. 2º, II); 4) os atos deverão ser classificados conforme a situação jurídica preveja conteúdo financeiro ou não (art. 2º, III, a e b); e 5) fica vedada a fixação de valores em percentual sobre o valor do negócio jurídico (art. 3º, II).

A Lei Estadual a ser modificada e/ou adaptada é a Lei nº 11.960/97, que, em suas Tabelas de nº XI, XII, XIII, XIV, XV e XVI, estabelece os valores devidos pelos serviços notariais e de registro.

Bem analisada a legislação estadual (Lei nº 11.960/97), logo se vê que os princípios que nortearam a Lei nº 10.169/00 já foram devidamente absorvidos pela lei local.

Optou-se, por isso, a fim de atender ao disposto no art. 5º e ainda ao disposto no art. 3º, II, da Lei nº 10.169/00, simplesmente pela extinção da VRC da Tabela de Custas dos atos praticados pelos notários e registrados, retirando do texto legal aqueles valores que

eram fixados em percentual sobre o valor do negócio jurídico.

Convém esclarecer, ainda, que os atos relativos a situações jurídicas sem valor declarado aos quais a lei nº 10.169/00, pretende dar tratamento diferenciado em função de seu alcance social, tanto é que determina que o valor dos emolumentos atenderão às peculiaridades socioeconômicas de cada região (art. 2º, III, a) já sofrem em sua grande maioria, a distinção devida.

Com efeito, os atos mais comuns à população de baixa renda (registro de nascimento, casamento e óbito) já são agraciados pela isenção de custos, de modo que muito pouco resta para distinguir como quis o legislador federal.

Por fim, e a título somente de esclarecimento, o disposto no art. 8º, da Lei nº 10.169/00, já vem sendo tratado em sede legislativa própria, tanto é que já foi dado início à tramitação de proposta de projeto de lei que visa a criação do Funarpen (Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais), ora em trâmite na Assembléia Legislativa deste Estado, sem olvidar a política adotada por este Tribunal no sentido de determinar a anexação aos Cartórios do Registro Civil, alguns Ofícios de Títulos e Documentos.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.169, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000

Regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

O presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os Estados e o Distrito Federal fixarão o valor dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos respectivos serviços notariais e de registro, observadas as normas desta lei.

Parágrafo Único - O valor fixado para os emolumentos deverá corresponder ao efetivo custo e à adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados.

Art. 2º - Para a fixação do valor dos emolumentos, a Lei dos Estados e do Distrito Federal levará em conta a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro, atendidas ainda as seguintes regras:

I - os valores dos emolumentos constarão de tabelas e serão expressos em moeda corrente do País:

II - os atos comuns aos vários tipos de serviços notariais e de registro serão remunerados por emolumentos específicos, fixados para cada espécie de ato;

III - os atos específicos de cada serviço serão classificados em:

a) atos relativos a situações jurídicas, sem conteúdo financeiro, cujos emolumentos atenderão às peculiaridades socioeconômicas de cada região;

b) atos relativos a situações jurídicas, com conteúdo financeiro, cujos emolumentos serão fixados mediante a observância de faixas que estabelecem valores mínimo e máximos, nas quais enquadrar-se-á o valor constante do documento apresentado aos serviços notariais e de registro.

Parágrafo Único - Nos casos em que, por força de lei, devam ser utilizados valores decorrentes de avaliação judicial ou fiscal, estes serão os valores considerados para os fins do disposto na alínea "b", do inciso III deste artigo.

Art. 3º - É vedado:

I - (VETADO)

II - fixar emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro;

III - cobrar das partes interessadas quaisquer outras quantias não expressamente previstas nas tabelas dos emolumentos;

IV - cobrar emolumentos em decorrência da prática de ato de retificação ou que teve de ser refeito ou renovado em razão de erro imputável aos respectivos serviços notariais e de registro;

V - (VETADO)

Art. 4º - As tabelas de emolumentos serão publicadas nos órgãos oficiais das respectivas unidades da Federação, cabendo às autoridades competentes determinar a fiscalização do seu cumprimento e sua afixação obrigatória em local visível em cada serviço notarial e de registro.

Art. 5º - Quando for o caso, o valor dos emolumentos poderá sofrer reajuste, publicando-se as respectivas tabelas, até o último dia do ano, observado o princípio da anterioridade.

Art. 6º - Os notários e os registradores darão recibo dos emolumentos percebidos, sem prejuízo da indicação definitiva e obrigatória dos respectivos valores à margem do documento entregue ao interessado, em conformidade com a tabela vigente ao tempo da prática do ato.

Art. 7º - O descumprimento pelos notários e registradores, do disposto nesta lei, sujeitá-los-á às penalidades previstas na Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, sem prejuízo da aplicação de outras sanções legais.

Art. 8º - Os Estados e o Distrito Federal, no âmbito de sua competência, respeitado o prazo estabelecido no art. 9º. desta lei, estabelecerão forma de compensação aos registradores civis das pessoas naturais pelos atos gratui-

tos, por eles praticados conforme estabelecido em lei federal.

Parágrafo Único - O disposto no *caput* não poderá gerar ônus para o Poder Público.

Art. 9º - Os Estados e o Distrito Federal deverão proceder à revisão das tabelas de emolumentos atualmente em vigor, a fim de adaptá-las ao disposto nesta lei, no prazo de noventa dias contados da data de sua vigência.

Parágrafo Único - Até a publicação das novas tabelas de emolumentos, revistas e adaptadas conforme estabelece este artigo, os atos praticados pelos serviços notariais e de registro continuarão a ser remunerados na forma da legislação em vigor nos Estados e no Distrito Federal, observadas, desde logo, as vedações estabelecidas no art. 3º desta lei.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de dezembro de 2000.

179º da Independência e

112º da República.

(a) FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Gregori

Amaury Guilherme Bier

Benjamin Benzaquen Sicsú

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 30.12.2000 (Edição Extra).

(A Lei nº 11.960, de 19.12.97 foi publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.156, de 19.12.97)

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 710

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, anexação dos Projetos de Lei nºs 004, 013 e 091/2001, tendo em vista a identidade da matéria.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 721

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, e com base no artigo 121 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, a anexação do Projeto de Lei nº 090/2001 ao Projeto de Lei nº 030/2000, por se tratarem de matérias que versam sobre o mesmo assunto.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 712

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento à Comissão de Finanças, do Projeto de Lei nº 097/99, de autoria do ilustre deputado Beto Richa, tendo em vista que inobstante a matéria sobre a qual versa, não foi objeto de análise pela referida comissão.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 685

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, autorização para participar do 1º Simpósio Nacional de Administração Pública Municipal, a ser realizado na cidade de Londrina/PR, entre os dias 17 a 21 de abril de 2001, inclusive na qualidade de 2º vice-presidente, representando esta Casa.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 702

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, voto de pesar aos familiares do senhor Antonio Panasco, falecido em 01.04.2001, extensivos à esposa Alvanir Panasco e filhos: Antonio, Orestes, Geraldo e Carmem Lúcia, e demais parentes.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O senhor Antonio Panasco, nascido nesta Capital aos 06.12.24, residia no Bairro de Santa Felicidade, onde criou sua família exemplarmente, encaminhando-os na trilha do bem. Há muitos anos o mesmo dedicava-se ao ramo de auto elétrica no bairro Rebouças, onde deixa profunda lacuna entre seus clientes e amigos.

Outrossim, solicitamos fazer ciente desta homenagem aos familiares no endereço: Rua Professora Maria do Carmo Martins, 122 - Santa Felicidade - CEP 82.300-560 - Curitiba, PR.

REQUERIMENTO Nº 709

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de pesar à família Voguel, pelo falecimento do senhor Valter Voguel, ocorrido no dia 31 de março de 2001, na cidade de São Miguel do Iguaçu.

Requer ainda que se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Salgado Filho, 30, São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 688

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, pela comemoração de seus dois anos.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba está completando seus dois anos de existência. Neste período foram regulamentadas cinco Unidades Territoriais de Planejamento (UTP) e o Zoneamento Ecológico e Econômico da Área de Proteção Ambiental do Rio Iraí. As UTP's são áreas de mananciais que estão sob forte pressão de ocupação urbana e que, por isso, devem permitir uma ocupação regulada, que não altera a qualidade ambiental.

Estas ocupações irregulares são um problema que atinge a Região Metropolitana de Curitiba como um todo, em toda a sua extensão e a atuação do conselho tem garantido um trabalho global, para a manutenção de uma ação de ocupação ordenada, o que diminui os riscos dos mananciais. O Conselho é formado pelos órgãos governamentais diretamente ligados à questão da água na Região Metropolitana de Curitiba.

Entre os principais objetivos do Conselho para este ano estão a revisão do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Passaúna, o Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Rio Piraquara e ainda o Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Rio Verde.

Pela comemoração de seus dois anos de funcionamento, receba o Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, através da Prefeitura Municipal de Piraquara, (Av. Getúlio Vargas, 1990 - Piraquara - PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 689

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação e Assistência Social, por ter recebido o "Prêmio Bem Eficiente".

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação e Assistência Social está recebendo em data de hoje

(02.04.2001), o “Prêmio Bem Eficiente”, concedido todos os anos às 50 melhores entidades beneficentes e sem fins lucrativos do País.

A Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação e Assistência Social é a única no Estado do Paraná a receber o prêmio. O Instituto concorreu com 312 outras instituições que foram avaliadas segundo o seu resultado financeiro, organizacional, operacional, sua transparência e impacto social. Cada entidade foi analisada em 42 critérios de avaliação pelos padrões internacionais na área de beneficência.

Dos 50 contemplados, trinta e dois são do Estado de São Paulo, oito do Rio de Janeiro, quatro de Minas Gerais, três do Distrito Federal e uma de Pernambuco, Bahia e Paraná.

Pela importante e concorrida premiação, receba a Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação e Assistência Social, (Rua A. Schiebel, 1976 - conj. 3 - Curitiba - PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 690

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Irmão Marista Luiz Albano, pela comemoração de seus 85 anos.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Irmão Marista Luiz Albano, um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR, está completando 85 anos.

Irmão Albano começou a lecionar em 1938 em São Paulo e teve muitos ilustres alunos, como o ator Paulo Autran. Em 1942, o professor foi transferido para Curitiba e atuou como secretário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras até 4 de dezembro de 1950, data em que a Faculdade tornou-se parte integrante da Universidade Federal do Paraná. De 1950 a 1973, exerceu o cargo de secretário da Faculdade Católica do Paraná. Em 1974 tomou posse como Pró-Reitor Acadêmico da PUC, permanecendo no cargo por 14 anos.

Sempre com muita dedicação e trabalho, espalhou o saber por onde passou. Inúmeras pessoas do nosso Estado passaram por seu caminho de educador. Defendendo o ponto de que o professor deve induzir o aluno a aprender e pensar, o Irmão Albano é um dos baluartes da educação do nosso Estado.

Pela comemoração de seus 85 anos, receba o Irmão Luiz Albano (PUC/PR - Av. Imaculada Conceição, 1155 - Curitiba - PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 699

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Amaro Máximo Cordeiro e Miquelina Glochoski Cordeiro, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando “Bodas de Ouro”.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 700

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal, Orlando Caetano Moreira e Maria Caetano Moreira, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando “Bodas de Prata”.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 683

Senhor Presidente.

O deputado Luiz Accorsi, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, a inserção de voto de louvor, aos Anais desta Casa, ao jornalista Rogério Recco, pela editoria da página Agronegócios, no jornal O Diário do Norte de Maringá.

Que, da decisão, se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A edição de página diária sobre agropecuária nas páginas de um jornal de credibilidade pública como O Diário da Cidade de Maringá, reveste-se de grande importância para o setor básico da economia nacional.

Nosso agropecuarista hoje, conscientizou-se da real necessidade do acompanhamento e da importância da pesquisa e das informações ágeis sobre negócios que envolvam o ramo.

O jornalista Rogério Recco é profissional referencial na editoria de agropecuária na região do norte do Paraná, consagrado pela publicação semanal do encarte Jornal Agrícola, nas edições de sábado do jornal O Estado do Paraná, além da sua responsabilidade junto à Cocamar - Cooperativa de Cafeicultores de Maringá, na confecção do seu periódico, o seu jornal de serviço.

REQUERIMENTO Nº 687

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvir o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao diretor presidente da Sanepar, senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, solicitando informações sobre as obras do Projeto Aquífero Karst, realizadas pela Sanepar no município de Colombo, detalhando informações sobre:

- a) modalidade de licitação adotada nas contratações;
- b) cópia do edital;
- c) empresas que participaram do processo licitatório, com respectivos valores globais, e ainda formas de pagamento;
- d) balanço completo de obras de poços artesianos, especificando: local onde foram perfuradas, quantidade, custo específico de cada poço, a profundidade, bitola, rede adutora, estação de tratamento e reservatórios; e cópias das faturas empenhadas e pagas, com o relatório físico e financeiro das obras executadas, discriminando os valores pagos para perfuração dos poços;
- e) seja detalhado o custo de projetos e consultorias contratados pela Sanepar, especialmente do Eiarima, especificando os contratos, e ainda o procedimento licitatório.

Justifica-se tal solicitação para que esta Casa Legislativa conheça a real situação das obras executadas pela Sanepar, no Karst em Colombo, cumprindo assim sua função constitucional fiscalizadora.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 673

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Nelson Justus, Mui Digno secretário de Estado dos Transportes, solicitando estudos urgentes visando a duplicação da PR-323, no trecho compreendido entre Posto Gauchão de Umuarama até o trevo para a cidade de Mariluz.

Estamos reivindicando a duplicação do referido trecho tendo em vista os sérios riscos de acidentes automobilístico que o local apresenta. É um trecho de intenso tráfego de automóveis e caminhões, que infelizmente não apresenta nenhuma segurança aos condutores. É importante ressaltar que a obra pretendida é de interesse dos municípios da região noroeste, cujo trecho é extremamente utilizado.

Temos insistido junto a SETR na duplicação desse trecho, por conhecermos a região, sabermos que o local realmente apresenta riscos de acidentes e pelos inúmeros apelos que recebemos através do Protocolo nº 4.314.113-9 pedimos ao D.E.R. melhorias no local, o que infelizmente ainda não aconteceu.

Assim rogamos o apoio de Vossa Excelência, para que medidas sejam tomadas no sentido de resguardar a tranquilidade das pessoas que utilizam aquela estrada.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Fernando Scanavaca, prefeito municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130) e ao vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, presidente da Câmara Municipal de Umuarama (Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080).

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 674

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Armando Raggio, Mui Digno secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de um veículo para o transporte dos pacientes no município de Icaraíma.

Tal reivindicação fundamenta-se em ofício recebido da Prefeitura Municipal de Icaraíma (anexo), através do qual o senhor prefeito municipal justifica a necessidade de um veículo para atendimento da saúde pública do município, principalmente para atendimento do Sistema de Saúde da Família e para a Clínica de Fisioterapia que depende desse tipo de veículo para o transporte dos pacientes com problemas de locomoção.

O município de Icaraíma com o número significativo de habitantes que na maioria são pessoas carentes e utilizam o serviço de saúde municipal, necessita de um veículo para oferecer àquela população melhores condições no atendimento social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Paulo Valles Zampieri, prefeito de Icaraíma (Rua Hermes Visoto, 810) e ao vereador José Pedro da Silva, presidente da Câmara Municipal (Rua dos Pioneiros, 581) CEP 87530-000.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 713

Senhor Presidente.

O deputado estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao governo do Estado do Paraná, para que o mesmo envie à esta Casa de Leis, relação de todos os Inativos do Estado e seus respectivos vencimentos.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 714

Senhor Presidente.

O deputado estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, solicitando viaturas daquela Corporação que prestam serviço em Campo Largo abasteçam nos postos de combustível do mesmo município, assim poupando tempo e dinheiro, ao contrário do que vem acontecendo.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 715

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor diretor-presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, solicitando as informações elencadas abaixo sobre o processo de privatização das empresas de energia elétrica Light (Rio de Janeiro) e Escelsa (Espírito Santo):

1 - data de início e de término do processo de desestatização;

2 - nome dos governadores responsáveis pela venda das estatais;

3 - quadro acionário das empresas antes da privatização;

4 - período em que foram vendidas as ações, quantidade de ações negociadas e o valor correspondente da transação;

5 - empresas e/ou consórcios que adquiriram o controle acionário.

(a) IRINEU COLOMBO

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

REQUERIMENTO Nº 716

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor diretor-presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), solicitando quais foram os títulos e ações negociados pela companhia, dentro e fora da Bolsa de Valores, nos últimos seis anos, bem como, o valor destas operações financeiras.

(a) IRINEU COLOMBO

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

REQUERIMENTO Nº 717

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Comunicação Social, solicitando as seguintes informações:

1 - Qual é a agência de publicidade responsável pela propaganda governamental, referente a peça publicitária que nomina governadores, seus partidos políticos e as estatais privatizadas em todo o país?

2 - Qual a dotação orçamentária para a veiculação deste anúncio?

3 - Quem é o responsável pela aprovação e liberação desta propaganda?

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 718

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Administração e Previdência, solicitando as informações abaixo sobre o capital do Paranáprevidência:

1 - Quais foram os títulos vendidos para compor o capital do Paranáprevidência?

2 - Como e quando ocorreu a negociação?

3 - Quais foram as condições da operação financeira?

4 - Quem intermediou a compra e venda destes títulos?

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 719

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Fazenda, solicitando a manuten-

ção da Agência de Rendas (Coletoria) no município de São Miguel do Iguçu.

(a) IRINEU COLOMBO

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

JUSTIFICATIVA:

São Miguel do Iguçu perderá muito, caso ocorra o fechamento da referida Coletoria, pois os municípios terão que deslocar-se para cidades vizinhas para resolver questões inerentes ao Fisco do Estado. A manutenção da Agência de Rendas é uma reivindicação de toda comunidade, sendo manifestada através dos esforços da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores de São Miguel do Iguçu.

REQUERIMENTO Nº 722

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente aos deputados federais e senadores do Estado do Paraná, sugerindo que se posicionem favoravelmente à instalação de CPI Comissão Parlamentar de Inquérito em suas respectivas Casas de Leis, destinada a apurar e coibir casos de corrupção nos diversos escalões da Administração Pública Federal.

O Brasil vive um momento histórico e as CPI'S sempre que foram instaladas cobraram, em muito, para a evolução do sistema democrático e também para a modernização de máquina administrativa e conseqüente surgimento de leis moralizadoras. É de conhecimento público que faltam poucas assinaturas tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal, para que as investigações de casos de corrupção sejam efetivamente realizadas.

A apresentação deste requerimento deve-se, pois, à necessidade de obtermos por parte da nossa representação em Brasília, posições claras e inequívocas que ajudem a viabilizar as CPI'S, na Câmara e no Senado, para apurar as denúncias que envolvem diversas áreas do Governo Federal.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(aa) ELI GHELLERE

LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 675

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais Pares desta Egrégia Casa para REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, Digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de concluir as obras do calçamento poliedrico que liga a PR-238 aos Distrito de Santo Rey, no município de Nova Cantú - PR.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 691

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Jardim Ana Maria - município de Colombo, tendo em vista que os moradores e empresários encontram-se em completo abandono pelas autoridades municipais e estaduais. Os assaltos são diários, inclusive com mortes muito frequentes. Na ocasião da queixa de roubos, a orientação tem sido: "buscar a justiça com as próprias mãos, pois a polícia diz estar impossibilitada de atender a tantas queixas". O pedido está sendo feito pela comunidade local, pedindo o policiamento com a maior urgência, devido a situação crítica acima citada.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 692

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no cruzamento da Rua Brasília Itiberê e Avenida Comendador Franco, à noite, devido a presença diária de maloqueiros e desocupados, os quais abordam os veículos, principalmente de alunos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. O local tornou-se muito perigoso e necessita urgentemente de policiamento.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 693

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no ponto final do ônibus Bairro Novo/Praça Rui Barbosa, sito à Rua Eduardo Pinto da Rocha esquina com a Rua Guaçuí - Bairro Novo. Desocupados ficam nas proximidades e atacam as pessoas, principalmente no horário entre 11h30min e 12h00 horas. Os moradores e a comunidade em geral estão muito apreensivas e pedem a presença de policiamento no local, a fim de inibir a ação desses desocupados.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 694

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja encaminhado expediente à prefeitura municipal de Araucária, no sentido de atender o pedido da senhora Josemari Domingues, residente à Rua Patativa nº 511 - Jardim Califórnia - Capela Velha, que pede a troca das manilhas existentes na rua em que reside, por outras de maior bitola. Ocorre que essas manilhas foram colocadas pela prefeitura, porém muito pequenas para escoamento das águas pluviais. As manilhas estão entupidas e cheias de areia, provocando alagamentos nas residências. Desta forma, pede-se urgência no atendimento do presente, devido a situação crítica citada acima. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 9963-2091.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 695

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à prefeitura municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido do senhor Osvaldo de Almeida, que pede reparos na Rua Professor Alberto Krause - bairro Tanguá, tendo em vista a mesma encontra-se cheia de buracos e intransitável. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 657-3492.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 696

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à prefeitura municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido do senhor Osvaldo de Almeida, residente à Rua Guilherme Grabowski nº 23 - Jardim Vitória, o qual pede troca da lâmpada queimada do poste sito quase em frente à sua residência. Pede-se urgência no atendimento do presente. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 657-3492.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 697

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da senhora Renata Domingos dos Santos, residente à Rua Jânio Quadros nº 76 - Jardim Josiane, que pede a troca das lâmpadas queimadas dos postes existentes em frente à sua residência. Devido a escuridão à noite, algumas pessoas têm caído e se machucado. Se

necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone fone 289-1311 (recados).

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 698

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Brasil Telecom S.A. - Telepar Brasil Telecom, no sentido de atender o pedido da senhora Maria das Dores da Silva, residente à Rua Milton Miramir Vizinoni nº 703 - Bairro Novo A - Sítio Cercado, que pede agilização na instalação de um aparelho telefônico no endereço acima, no Mini Mercado Xavier. Tal pedido já foi feito em novembro/2000 e até a presente data o mesmo não foi instalado. Essa empresa já se pronunciou sobre a viabilidade técnica, mas não sabe informar o porquê da sua não instalação. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 389-3618. A instalação do referido telefone beneficiará toda a comunidade, motivo deste pedido de agilização.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 701

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da senhora Selma de Almeida, residente à Rua Pedro Gonshi nº 22 - Bairro Olaria - Jardim Santa Cândida, que, em nome dos moradores da rua em que reside, pede a colocação de manilhas nas valetas da mesma. Ao chover, ocorrem alagamentos nas residências e o problema originou-se desde que a prefeitura alargou as valetas próximas ao Frigorífico Frigosul. pede-se urgência no atendimento do presente, uma vez que todos os moradores da referida rua estão sendo prejudicados. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 621-7393.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 703

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa, REQUER o envio de correspondência ao secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando ao mesmo que estenda à cidade de Londrina, o projeto lançado em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil, denominado "Educação à Distância".

São cursos profissionalizantes de curta duração (de 60 a 90 dias) dirigidos inicialmente às mulheres que cum-

prem pena em regime fechado ou semi-aberto. Em razão de ser este o público-alvo, o projeto foi lançado no Dia Internacional da Mulher (8 de março).

A cada 18 horas de estudo será abatido um dia da pena. Conforme frisa a idealizadora do projeto e presidente da Comissão de Estabelecimentos Prisionais da OAB, Lúcia Beloni Corrêa Dias, a finalidade é dar efetivo cumprimento à Lei de Execução Penal, ressocializando-o para a vida em liberdade.

O Senac será responsável pelos cursos ofertados, que são, numa primeira etapa: “a arte de redigir”, a administração de salões de beleza”, “informática gerencial”, “matemática básica” e “venda: ação e resultados”.

Os cursos custarão em média R\$12,00, sendo inicialmente cobertos pelo Fundo Penitenciário.

A ressocialização do preso deve merecer especial atenção do governo do Estado, oferecendo aos mesmos perspectivas de trabalho após o cumprimento da pena.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 720

Senhor Presidente.

Hermes Fonseca Filho, deputado estadual, abaixo-assinado, no uso de suas prerrogativas, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado a sua Excelência o senhor secretário de Estado dos Transportes, expediente solicitando que seja refeita a sinalização horizontal na Estrada que liga Ventania a Ibaiti-PR.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Em muitos pontos da estrada as faixas estão totalmente descoradas.

O tráfego de caminhões e carretas aumentou consideravelmente, tornando a estrada mais perigosa.

A pintura das faixas é indispensável para melhorar as condições do tráfego, principalmente à noite e em dias chuvosos.

REQUERIMENTO Nº 684

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER, pedido de informações junto à Companhia Paranaense de Energia - COPEL, solicitando o seguinte:

1) Quais foram os procedimentos que antecederam a compra dos Títulos de Dívida Pública do Estado do Espírito Santo;

2) Houve licitação para a compra, e, se houve, quantas e quais empresas participaram dela;

3) Quais os órgãos de imprensa que publicaram o edital de licitação e em que data;

4) Quais os objetivos dessa compra?

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 676

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, transcrição na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, da carta de Sua Reverendíssima Dom Mauro Aparecido dos Santos, Bispo Diocesano de Campo Mourão - PR, publicada no Jornal “Gazeta do Povo”, na sessão “Coluna do Leitor”, edição de 25 de março do corrente ano, com o título “Caso Mariluz”.

Requer, ainda, que da decisão seja dada ciência a Dom Mauro Aparecido dos Santos (R. Santa Catarina, 430, Caixa Postal 470 - CEP 87300-970 -Campo Mourão -PR).

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Feliz e oportuna a manifestação de Dom Mauro sobre o caso Mariluz, que nos deixou chocados pelo brutal crime acontecido, que merece de todos nós o mais veemente repúdio.

Entretanto, realmente, como descreve Dom Mauro em sua carta, é absolutamente necessário que se tenha calma na elucidação do crime e, principalmente que não se tirem decisões precipitadas, reservando, a luz dos princípios do direito a punição a quem realmente mereça.

REQUERIMENTO Nº 707

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o registro nos Anais desta Assembléia Legislativa do Estado do artigo “Cá, como lá”, publicado no Editorial do Jornal O Estado do Paraná, em data de 31 de março de 2001.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 708

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o registro nos anais desta Assembléia Legislativa do Estado, do artigo “Tudo às Claras”, publicado na coluna Opinião do Jornal Folha do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 95/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Rei Davi, com sede e foro no município de Cambé.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Educação Infantil Rei Davi, fundado em 11 de junho de 1999, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e está localizada no município de Cambé - Estado do Paraná.

Possuir caráter educacional e social, de duração indeterminada, tendo por finalidade, o desenvolvimento de programas prioritários de assistência social e educacional para crianças de 0 a 6 anos, filhos dos trabalhadores da comunidade, através de interações estabelecidas entre elas e o seu meio físico, cultural e social.

Pela importância de seu trabalho, indicado nos documentos em anexo, solicitamos a Declaração de Utilidade Pública da Instituição.

PROJETO DE LEI Nº 96/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Casa de Recuperação Jesus Saúde Total - Crejesto, com sede e Foro, no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Casa de Recuperação Jesus Saúde Total, que ora encaminha para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada em 02/06/2000, por um grupo de pessoas, maiores, residentes e domiciliados na cidade de Curitiba-PR, com sede provisória na Rua: Pedro Demeterco, nº 246, no bairro Jardim das Américas, nesta Capital. A Entidade em apreço é uma instituição sem fins lucrativos, de direito privado e duração indeterminada, estando registrada sob nº 17407, no 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba-PR, e devidamente cadastrada no CNPJ nº Pr03.891.374/0001-32, estando em pleno funcionamento, em cumprimento às suas finalidades estatutárias.

A Casa de Recuperação Jesus Saúde Total - Crejesto, tem como objetivo principal, o desenvolvimento de programas sociais, visando amparar, recuperar e promover a reintegração à vida comunitária, de pessoas portadoras de dependências químicas, problema este, que tem se tornado um dos principais fatores de geração de violência em todo o País.

Segue em anexo, o relatório das atividades desenvolvidas pela Crejesto, no ano de 2000, para o conhecimento dos órgãos públicos e comunidade em geral.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 97/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Evangélica de Moradores do município de Quitandinha, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Evangélica de Moradores do Município de Quitandinha, que ora encaminha para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, foi criada por um grupo de pessoas, residentes e domiciliadas no município de Quitandinha-PR, com a finalidade de desenvolver programas nas áreas da assistência social, da educação, da cultura, de esporte e recreação, visando a recuperação integral da pessoa humana, estando registrada sob nº 759 livro A-02 de Pessoas Jurídicas da Comarca de Rio Negro, e inscrita no CGC/MF sob nº 02.665.061/0001-01, estando em pleno funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias.

A instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolvendo programas voltados às áreas da assistência social, da cultura, do esporte, e do lazer, contribuindo com órgãos públicos, entidades congêneres e demais seguimentos organizados da sociedade, atendendo o disposto em seu estatuto.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 98/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, através da Secretaria de Estado da Cultura, o Programa CulturArte, organizado pelo centro cultural de cada escola da rede Pública Estadual.

Art. 2º - São objetivos do Programa CulturArte o desenvolvimento, em todo os municípios do Estado do Paraná, de atividades de teatro, dança, música e artes plásticas em geral.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição em nome dos alunos do Colégio Estadual Ribeirão Claro, Julianne Carvalho Hellvig, Talissa Mansur David, Heidiana Maria Costa da Silva, Vivian de Freitas, Luana Pancier, Renata Maria Bellia e Mariana Fabiani David, que a apresentaram no Evento Parlamentar do Futuro, do último dia 29 de março, com a seguinte justificativa:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, para apreciação dos nobres parlamentares do futuro, para expor a vontade dos alunos do Colégio Estadual Ribeirão Claro, que sabem pensar, ter idéias e objetivos. Aluno não é aquele que vai para escola, ouve o que o professor diz e fica quieto, e sim aquele que quer participar com a escola.

Por isso, viemos hoje aqui, neste evento criado pela Assembléia Legislativa do Estado.

A cultura é algo que é esquecida por muitos e isso não é o que os alunos querem, a cultura não pode morrer.

O objetivo do projeto será aprimorar, culturalmente, nossos colegas, inclusive nós.

Logo de imediato, passou-nos em mente algo que tinha tudo a ver com a explanação deste momento.

“Se somos imbuídos do meio de uma escola, porque não exercemos atividades atinentes?”

A resposta é simples. Os estudantes tem muito espaço para desenvolver atividades que lhe são impostas, mas infelizmente não são atingidas naquilo, que às vezes, pleiteam.

Um exemplo: o professor tem que dar aulas e o aluno prestar atenção.

Nossa idéia é que sejam vinculados os pensamentos, trabalhos, convenções, debates, através da construção de um Conselho Educacional/Cultural, visando exatamente desenvolver essas atividades, ou seja o Projeto CulturArte.

Hoje em nossa cidade, independente do nosso desejo, não existe cinema ou teatro. Então porque é que nós, estudantes, não podemos desenvolver algumas dessas atividades?

Atividades como teatro, dança, música, artes plásticas e modas, ministradas por voluntários ou profissionais capacitados, que poderiam nos ensinar em horários vagos que beneficiassem a todos.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares do futuro para aprovação do presente projeto de lei, que tem por objetivo instituir o Programa CulturArte.

PROJETO DE LEI Nº 99/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Centro Cultural no município de Bandeirantes.

Art. 2º - O Centro Cultural, a ser construído no município de Bandeirantes, terá por finalidade a realização de eventos culturais de toda a natureza, com a participação da rede pública municipal e estadual de ensino e de instituições particulares.

Art. 3º - Poderá ficar o cargo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de Bandeirantes a responsabilidade pela manutenção e funcionamento das atividades culturais e demais responsabilidades sobre o Centro Cultural.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, em nome de alunos do município de Bandeirantes, apresentado no evento Parlamentar do Futuro, do último dia 29 de março, com a seguinte justificativa:

A comunidade escolar de Bandeirantes, com a apresentação do presente projeto de lei no Evento O Parlamentar do Futuro, visa construir em nosso município um local específico para a cultura, haja vista que não existe um local apropriado para atividades culturais de qualquer natureza, ficando a cargo da municipalidade e da comunidade os recursos financeiros para a realização de tais eventos em outros locais.

Ademais, nobres parlamentares do futuro, com a construção de um Centro Cultural, estaremos incentivando o desenvolvimento da cultura para toda a comunidade bandeirantense.

Outrossim, Bandeirantes possui, atualmente, a Fundação Faculdade Luiz Meneghel, que oferece para todo o país três cursos superiores, especialmente o tradicional Curso de Agronomia, Veterinária e Ciências Biológicas, com a perspectiva de muito em breve instalar novos cursos superiores em nosso município.

Vale salientar, também, que se encontra em fase final de construção, as obras de instalação e funcionamento da Unopar, uma importante universidade que está vindo para a nossa querida Bandeirante, que já está se transformando em uma Cidade Universitária no Norte do Paraná, justificando mais ainda a criação de um Centro Cultural.

Entendendo plenamente justificado o presente pedido do projeto de lei, esperamos a aprovação dos nobres Pares Parlamentares do Futuro para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 100/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o Programa de Preservação do Meio Ambiente da Região de Ribeirão Claro.

Art. 2º - São objetivos do Programa de Preservação do Meio Ambiente da região de Ribeirão Claro:

- a) auxiliar e promover a expansão e desenvolvimento municipal mediante referência ao meio ambiente;
- b) fornecer subsídios para esclarecimentos relativos à defesa e preservação do meio ambiente;
- c) colaborar nas campanhas educacionais relativos a poluição da nascente do rio Ribeirão Claro e preservação da natureza;
- d) promover e colaborar na execução de programas de educação ambiental a ser ministradas obrigatoriamente em toda a Rede de Ensino Estadual;
- e) colaborar com a natureza do equilíbrio ecológico das reservas florestais das nascentes mananciais e margens dos rios;
- f) colaborar para a preservação estética de panoramas e recantos naturais para particularizar a beleza e a paisagem do município;
- g) plantio de mudas de árvores nativas e outras fornecidas pelo Estado e custeado pelo mesmo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição em nome dos alunos do Colégio Estadual Ribeirão Claro, Adriana Botelho Fernandes Barbosa, Alleína Maria Paladino, Antônio Augusto da Silva, Fernando Silva de Oliveira, Gislene Salvador, João Victor Baggio Molini, Samuel Lobo G. de Oliveira, Thaís C. Cassar e Valéria Botelho Fernandes Leonel de Carvalho, participantes do Evento O Parlamentar do Futuro, no último dia 29 de março, com a seguinte justificativa:

O projeto que ora apresentamos à apreciação do Plenário do Evento Parlamentar do Futuro é de suma importância para o nosso município, uma vez que vem regularizar a proteção ao meio ambiente e desenvolver programas de educação ambiental e também no plantio de mudas de espécies nativas entre outras.

Sabendo que por lei é obrigatório que todo o município tenha uma área de 20% de superfície coberta por mata, e no nosso município possui apenas 4%, conclui-se que há uma área de 16% de desmatamento, o que está afetando a nascente do rio, o abastecimento de água do município e municípios vizinhos, portanto seria de suma importância a aplicação desse projeto de Preservação do Meio Ambiente da região de Ribeirão Claro, por possuir um reconhecido potencial turístico e a preservação ambiental é fato que não podemos deixar de nos preocupar.

Nós, alunos e cidadão ribeirão-clarenses, queremos uma política séria e consciente na preservação do meio ambiente no qual a beleza natural é de valor notável pela natureza ou a partir de uma intervenção humana.

Assim sendo, esperamos que os Parlamentares do Futuro atentem pela relevante importância do presente projeto de lei que instituir o Programa de Preservação do Meio Ambiente da Região de Ribeirão Claro.

PROJETO DE LEI Nº 101/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

“Art. 1º - Qualquer aquisição ou substituição de unidades automotivas para uso oficial poderá ser realizada por veículos movidos a combustíveis renováveis, ou por veículos movidos a combustíveis derivados de petróleo produzidos no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O prazo para substituição integral da frota oficial de veículos leves por veículos movidos a combustíveis renováveis e derivados de petróleo produzidos no Estado do Paraná é de 05 (cinco) anos.

Art. 2º -... Vetado.

Parágrafo Único -... Vetado.

Art. 3º - Para cumprimento do disposto nesta lei, os veículos movidos à combustíveis renováveis destinados a substituição da frota oficial de veículos leves e aqueles a serem adquiridos com incentivos fiscais ou qualquer outro tipo de subvenção econômica deverão possuir qualidade no mínimo similar a dos modelos equivalentes movidos a combustíveis derivados de petróleo.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade alterar a Lei nº 12.204, de 06 de julho de 1998, a fim de permitir que o Estado do Paraná, através de suas esferas de poder, possa adquirir ou substituir sua frota oficial de veículos também por aqueles movidos a derivados de petróleo. Atualmente se permite apenas que a aquisição ou substi-

tuição da frota se faça com os movidos a combustíveis renováveis, caso do álcool anidro.

Com a pretendida alteração, se possibilita a aquisição e substituição também por veículos movidos a gasolina e diesel.

Outra mudança na lei permite também que as aquisições e substituições se façam com veículos movidos a derivados de petróleo produzidos no Paraná, de modo a incentivar a produção industrial do Estado, agregando à receita pública os valores de impostos a serem arrecadados com a produção dessas fábricas, valores esses que podem posteriormente ser revertidos à população em forma de benefício sociais.

PROJETO DE LEI Nº 102/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 13, mantidos os seus atuais parágrafos, da Lei nº 11362, de 12 de abril de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 - Constituem recursos do FEAS:

I - valores obtidos pelo arredondamento de centavos para unidade de real, nos talões das tarifas de energia elétrica e de água e esgotos;

II - dotações e ele consignadas nos orçamentos anuais do Estado;

III - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

V - verbas repassadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social;

VI - receitas provenientes da alienação de bens móveis e imóveis do Estado, patrimoniados ao órgão estadual responsável pela política de assistência social;

VII - produto de convênios firmados com entidades financiadoras nacionais e estrangeiras;

VIII - produto da arrecadação de multas e juros de mora, conforme destinação própria; e

IX - outros recursos que lhe forem destinados”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei é de grande significado, tendo em vista que, definindo de forma mais abrangente os recursos que compõem o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, instituído pela Lei nº 11362, de 12 de abril de 1996 e, como inovação, acrescentando a fonte constante do inciso I, da redação que se pretende atribuir ao artigo 13, da referida lei, dará ao Fundo maior somatória de recursos, permitindo, assim amplo suporte financeiro nas ações de combate e enfrentando a pobreza.

Assim, pelo elevado cunho de justiça social de que se reveste a presente medida, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 103/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam as farmácias e drogarias localizadas no Estado do Paraná obrigadas a conceder desconto na aquisição de medicamentos para consumidores com mais de 60 (sessenta) anos, na seguinte proporção:

a) consumidores de 60 a 65 anos - 15% de desconto;

b) consumidores de 65 a 70 anos - 20% de desconto;

c) consumidores maiores de 70 anos - 30% de desconto.

Art. 2º - O desconto será concedido mediante a apresentação da Carteira de Identidade e da receita médica por parte do consumidor.

Parágrafo Único - Tratando-se de pessoa idosa impossibilitada de deslocar-se até a farmácia, o adquirente do medicamento deverá apresentar ainda atestado médico especificando essa particularidade.

Art. 3º - O não cumprimento do disposto nesta lei ensejará a aplicação de multa equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR's por infração, a ser aplicada pela Secretaria de Estado da Saúde, através dos respectivos órgãos fiscalizadores.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JJJUSTIFICATIVA:

O projeto de lei surge da necessidade de conferir aos idosos melhores condições para a aquisição de medicamentos.

Cabe salientar que essa parcela da população, normalmente, consome muitos medicamentos e os altos preços dos mesmos muitas vezes inviabiliza tratamento mais efetivo das doenças, sobretudo para aqueles cuja renda é pequena.

A aposentadoria também acaba limitando a renda de muitos idosos, que deixam o mercado de trabalho e passam a depender de minguadas aposentadorias do INSS.

Segundo dados do IBGE, os idosos - pessoas com mais de 60 anos - já representam 8,3% da população brasileira. Em 1993, eles correspondiam a 7,7% da população. Diante dessa perspectiva, necessário se faz estabelecerem-se políticas públicas voltadas para a população idosa.

A proposição em análise encontra respaldo no artigo 230 da Constituição Federal, que dispõe ser dever da família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas assegurando a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Eli Ghellere.

O SR. ELI GHELLERE

Senhor presidente, senhores deputados, eu volto a ocupar o Pequeno Expediente desta Casa como porta-voz novamente das empresas que atuam no setor agropecuário do Estado do Paraná.

Estive aqui há aproximadamente quinze dias, e trazia a grave denúncia que a empresa concessionária do setor ferroviário até Cascavel, vem usando aquela ferrovia para atender interesses de apenas algumas empresas multinacionais em detrimento de toda a população do Oeste do Paraná.

Eu dizia naquela oportunidade, senhor presidente que a nossa estrada de ferro, que foi construída com recursos do povo paranaense, tinha objetivo de melhorar o preço agrícola e viabilizar a pequena agricultura do Estado do Paraná, mas infelizmente o que vem ocorrendo é que apenas duas empresas multinacionais estão se beneficiando da redução do frete no Oeste do Paraná.

Estou no aguardo da resposta da Ferroeste.

Agora, senhor presidente, recebo hoje em meu gabinete ofício de pequenas empresas e médias empresas no Oeste do Paraná que atuam no setor da agroindustrialização. E eles me pedem encarecidamente, deputada Luciana Rafagnin, que eu seja o porta-voz dessas empresas aqui no plenário desse Poder, para que nós possamos interferir junto ao governo do Estado para que ele não publique o Decreto nº 3774, do dia 26 de março de 2001.

Nós sabemos que a pequena empresa, a média empresa, e principalmente as empresas que vêm industrializando produtos agrícolas são as que vêm gerando grande economia e que fazem com que o comércio das pequenas cidades não venha à falência.

Agora, senhores deputados, se nós fizermos esses decreto do governo do Estado, publicado no Diário Oficial do Estado no outro dia, nós vamos ver o fechamento da maioria das agroindústrias do Paraná.

O ofício que recebo das cooperativas e das empresas que atuam no ramo agropecuário, elas denunciam que esse decreto vem pôr fim ao crédito presumido de 5% nas operações interestaduais.

Isso quer dizer, que hoje os nossos produtos quando chegam no supermercado lá em São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, ou no resto do Brasil, as empresas que exportaram para aqueles Estados, elas recebem de imediato um crédito de 5% do ICM aqui no

Estado o Paraná. Com este decreto nós vamos acabar com esse incentivo, inviabilizar as pequenas empresas e as agroindústrias do Paraná.

O Decreto nº 3774, que está prestes a ser publicado, também visa acabar com o programa de emprego que dá às empresas de agroindústrias, o prazo de 48 meses para pagamento dos seus impostos.

Também prevê o mesmo Decreto, acabar com o redutor do ICMS na cesta básica e teremos já de imediato, no próximo dia, após a publicação desse Decreto do Executivo, o aumento dos produtos da cesta básica aqui no Paraná.

O que eu posso senhor presidente, senhores deputados, é fazer o encaminhamento ao senhor governador do Estado, para que ele não efetive a publicação do Decreto já assinado pelo governador, pelo secretário da Fazenda e pelo secretário do Governo, para que não publique, para que não entre em vigor esse decreto, e de imediato, que o governo do Estado mande uma mensagem a esta Casa de Leis, para que juntos possamos ver adequação necessária da nossa legislação fiscal para que continuemos dando o incentivo necessário para as pequenas empresas, para agroindústrias e para que a agricultura familiar que é tão necessária, seja o ponto forte do Paraná.

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Dando continuidade no Pequeno Expediente, o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Hoje pela manhã, o homem forte do governo, que fala sobre a privatização da Copel, Ingo Hübner, deu uma entrevista numa rádio da cidade de Curitiba, entrevista que me deixou bastante angustiado.

Mas, antes de falar da entrevista do secretário de presidente da Copel, convém lembrar ao Paraná que o governador Jaime Lerner não defende a privatização da Copel, porque em nenhum momento ele tem participado de qualquer debate, ou por incompetência ou por medo da opinião pública.

Pode-se ver que em qualquer debate por aí, em nenhuma vez o governador foi para o debate. Quero crer que ele não defenda a privatização da Copel como falou nos jornais em 1996.

Mas o secretário, por diversas vezes, senhor presidente Hermas Brandão, falou em tom desmerecedor à Assembléia Legislativa do Paraná, deu a entender que aqui tem deputados idiotas, esse é o termo “idiotas”. Deu a entender, atenção, senhores deputados, que aqui tem deputados contra a privatização da Copel, porque quer dinheiro e se alguém duvida vamos requisitar formalmente pela Assembléia, a fita, as informações transmitidas, porque é obrigada a rádio manter as gravações em arquivo, para informar a esta Assembléia.

E aliás é um negócio interessante, não é só o Ingo Hübert que vem falando que tem deputado querendo grana, esquema para a campanha do ano que vem para poder enfrentar o desgaste da opinião pública com o dinheiro.

É também o jornalista Sebastião Neri e o jornalista Cláudio Humberto.

Acho que a Assembléia, senhor presidente, não pode ficar calada. Esta não é uma questão de Situação, e nem de Oposição porque nós não podemos transformar a questão da Copel, naquilo que mais o governo quer, o governo Jaime Lerner quer é desmoralizar deputado, porque em qualquer lugar, você sabe, falar mal de deputado dá Ibope. qualquer lugar que você falar mal de vereador, deputado federal e senador, dá Ibope. Porque a sociedade, a cultura não é de compreensão de que nós representamos um Poder. Então eles aproveitam essa desinformação social para colocar aqui a crítica aos deputados, porque não querem aceitar a privatização da Copel.

Isso não pode continuar acontecendo, porque nós da mesma forma como foi votado o requerimento, como o nosso líder classificou, deputado Waldir Pugliesi, de forma sub-reptícia, nós não podemos transformar a questão da Copel, numa luta, num ringue, aonde nós colocamos as luvas de boxes, mandamos o juiz embora e vale-tudo, porque isso vai acabar com a instituição chamada Assembléia Legislativa.

Então, senhor presidente, o que estou dizendo é um assunto extremamente grave. Eu não sei se tem deputado aqui fazendo valorização de passe, sim ou não. Conforme falou, deu a entender o senhor Ingo Hübert.

Nós temos que ficar atentos, porque a privatização da Copel, não vai se dar num mercado persa e nenhum deputado está aqui na condição de idiota, porque esta Assembléia tem feito abertura suficiente para o debate. Tivemos aqui o secretário, vamos ter aqui a presença de setores ligados à nossa opinião setores técnicos ligados à opinião da Bancada da situação.

Portanto, a Assembléia está cumprindo o seu papel.

Quem não está cumprindo o papel de informar é o governador Jaime Lerner em nenhum momento defendeu a privatização da Copel, em nenhum debate, em nenhuma entrevista. É uma vergonha para a Assembléia Legislativa ficar calada diante desse fato.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dentro do Pequeno Expediente, o deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor presidente, nobres companheiros.

Estou usando a tribuna mais uma vez, em primeiro lugar dizendo a esta Casa que há poucos dias ocupei esta tribuna, para fazer um veemente apelo ao secretário da

Segurança e também aos policiais. À Polícia Militar e à Polícia Civil, como um protesto sobre a invasão de uma igreja, por parte dos policiais.

Posteriormente, o Coronel Voltran, comandante da Polícia Militar, nos procurou, e já no mesmo dia, o companheiro, o chefe de gabinete da Secretaria de Segurança, Walmor Trentini, nos procurou para informar os fatos que levaram a esse equívoco cometido pela polícia. Explicou-nos em detalhes, explicação essa que nós acatamos porque eu pedi que eles levassem essa justificativa à direção da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, que estava profundamente entristecida com a forma, a brutalidade e a maneira como as ações se procederam. O coronel Voltran nos explicou que na ocasião houve uma denúncia vazia de alguém que imaginava que havia dois bandidos circulando nas proximidades da igreja e que teriam entrado ali na parte posterior ou nos fundos do edifício ou da propriedade da Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Então na ocasião eles trouxeram as explicações informando que os policiais através de denúncia vazia, foram lá. A gente entende que numa operação, muitas vezes já estressados, se excederam na forma e no conteúdo.

Aceitamos, como nós somos pessoas de bem e também de paz, entendemos que apesar de ter sido uma ação equivocada aceitamos as desculpas que foram feitas à Igreja e agradecemos a esta Casa pela solidariedade e pela maneira pela qual se manifestou contra esta agressão aos direitos humanos e ao direito de propriedade.

A segunda razão que nos traz aqui é uma preocupação com os nossos agricultores do Paraná, sempre com dificuldades. Nessa cadeia de reflexos e de consequências, sempre acaba sobrando para aquele que mais produz, mas que infelizmente é o que mais acaba sofrendo e os lavradores do Norte do Estado, do Sudoeste, os plantadores de mandioca, de aipim, aqui, todos sabem que o Paraná é o segundo Estado maior produtor de aipim e derivados da mandioca. Os agricultores estão sofrendo terrivelmente. Não sabemos se isso vem de um “looby” ou de uma pressão das indústrias que procuram industrializar os derivados da mandioca, mas sabemos que o preço caiu a nível absurdos em que os agricultores mal conseguirão pagar os seus funcionários com aquilo que irão colher. Quase será melhor jogar para ser distribuído como lavagem ou como ração para o gado, porque, infelizmente, a produção se perde.

Eu pediria uma manifestação de apoio e de solidariedade aos companheiros, aos agricultores e que possamos levar a informação ao governo federal para que ele possa melhorar esta política agrícola equivocada e prejudicial para um dos produtos que pode ser de maior exportação, porque é um dos únicos países do mundo, o Brasil, que produz a mandioca.

Nós sabemos da importância dessa produção e precisamos neste momento, estar solidários aos agricultores, principalmente aos produtores de mandioca.

Eu concedo o aparte ao...

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Esta Mesa informa que no Pequeno Expediente não é permitido aparte e concede um minuto para concluir.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Peço desculpas então, por não conceder aparte, por estar no Pequeno Expediente.

Agradeço ao presidente este minuto para concluir.

Quero pedir aos companheiros desta Casa, e sabemos que toda a força do Paraná está na agricultura. Precisamos dar força e apoio para que cada companheiro nesta Casa se some ao manifesto junto ao governo federal para que possamos ter uma melhor política agrícola, principalmente direcionada - aos produtores da mandioca no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente e senhores deputados, o governador Jaime Lerner, há cinco anos passados, quando assumiu a prefeitura de Ponta Grossa, o ex-prefeito Jocelito Canto, no mês de dezembro, dia 18, comparecia à Associação Comercial e Industrial da nossa cidade, juntamente com técnicos da Secretaria do Meio Ambiente e técnicos da Secretaria da Agricultura e mostrava, através de um painel, porque é que ele estava tirando a administração pública de Vila Velha, do município de Ponta Grossa.

Dizia ele, naquela oportunidade, que aquele projeto apresentado em dois anos seria concretizado e entregue à família de Ponta Grossa, do Paraná e do Brasil e àqueles estrangeiros que ali deveriam conhecer Vila Velha.

Passou-se a administração do prefeito Jocelito Canto, nada o governo fez. Mentiu à cidade de Ponta Grossa e às autoridades que ali compareceram. E agora, quando um novo prefeito lá se encontra, investido no cargo maior do nosso município e reclama de Sua Excelência o governador uma melhor atenção ao Parque Estadual de Vila Velha, o que é que fez o governo? Mais precisamente no dia de hoje, ou nesta semana, se reúne o conselho gestor de Vila Velha, composto de alguns secretários e de alguns técnicos do governo. Eles irão estudar se a melhor maneira é privatizar o Parque Estadual de Vila Velha ou devolver ao município de Ponta Grossa, porque quando lá estive, sob guarida de Ponta Grossa, Vila Velha ia muito melhor de que se encontra nos dias de hoje.

É um descaso do meio ambiente, com incêndios, ... (?) não concretizados e não feitos, com total ou quase total abandono de todas as obras de infra-estrutura e principalmente num prejuízo não só à cidade, mas também ao Estado do Paraná, porque é ali que se inicia, realmente, a condição pela qual qualquer visitante nosso, nacional ou

estrangeiro, começa por Vila Velha, a atenção que se complementa lá em Foz do Iguaçu, com as Cataratas, passando pelo Parque Guartelá, por Tibagi, indo a outros recantos do Estado e desaguando nas águas do Iguaçu, lá em Foz do Iguaçu.

Falo isto, senhor presidente e senhores deputados, por não acreditar mais no governo do Paraná, no que se concerne, principalmente, à atração turística. O que foi gasto com os Jogos da Natureza poderia muito bem ter dotado Vila Velha e outras atrações turísticas do nosso Estado, com uma melhor infra-estrutura. E o governo assim não o fez. O secretário Hitoshi, que se encontrava no Meio Ambiente foi o maior empecilho para que Ponta Grossa reavisse aquela condição de administrara Vila Velha. Ele hoje não mais se encontra no governo do Estado e até que eu queria que este Plenário, que algum deputado que com ele tem amizade ou esta Mesa Executiva me informasse, porque eu não sei mais aonde anda o Hitoshi Nakamura, que saindo do governo, realmente fez com que uma mágica levasse consigo todos os males que ele causou ao Parque Estadual de Vila Velha, deixando constituído este Conselho que nós, realmente, desconhecemos principalmente sua função, que é a privatização que eles desejam.

O Hitoshi foi deslocado para algum outro campo administrativo. Mas, é tão ineficaz sua presença, onde foi deslocado, que ninguém conhece, realmente, os trabalhos por ele desenvolvidos e apresentados para o bem-estar da família paranaense.

O que eu desejo, senhor presidente, com esta atenção à Vila Velha, é mais uma vez dizer que o governo do Estado não tem palavra. Não cumpre promessa. É vazio. É desorganizado. E principalmente, irresponsável com o meio ambiente e com parques estaduais, como é Vila Velha. Mas, as atrações não são paranaenses nem brasileiras, mas uma das atrações mundiais, para todo o turismo do nosso mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Novamente voltamos a ocupar a tribuna, hoje, para abordar a questão da venda da Copel. São graves os comentários que brotam dia após dia em relação à venda da Copel. O colunista - Sebastião Néri e o colunista-articulista de diversos jornais do Brasil - Cláudio Humberto, jornais aqui do Paraná, colocam algumas preocupações que nós não podemos deixar passar despercebido aqui, nesta Casa. E isto é preocupante, senhor presidente, porque mancha de forma grave nossa Assembléia Legislativa.

Os comentários da imprensa dão conta de que há possibilidade de envolvimento de dinheiro para que

deputados mudem o voto em relação à venda da Copel. E quando a imprensa noticia esse tipo de coisa e não dá nome aos bois, como se fala popularmente, na verdade todos ficam suspeitos, senhor presidente. Se não fosse já a ação do governo do Estado - conforme tem noticiado a imprensa, conforme têm propagado alguns parlamentares, aqui, nesta Casa, no sentido de fazer com que deputados mudem a sua posição em relação à venda da Copel.

Se isso só não bastasse para criar um cheiro esquisito no ar, senhor presidente, há que se preocupar com que a imprensa nacional tem divulgado dia após dias. Os comentários não são bons. Os comentários são desairosos. Mancham a vida de qualquer pessoa pública. Comentários de que haveria a possibilidade de voto de algum parlamentar, nesta Casa, ser transferido para cá ou para lá, com base em suposto envolvimento financeiro.

Isto é abominável sob qualquer aspecto, senhor presidente, é reprovável e não aceitável. Porque isso fere não só a honra de um deputado, mas mancha esta Casa pela qual devemos zelar, pela qual devemos lutar para não permitir que qualquer insinuação sequer possa pairar em relação ao comportamento de qualquer deputado com assento nesta Casa.

Mas me preocupa, senhor presidente, preocupa mais ao povo do Paraná, porque estamos andando pelo Paraná inteiro e a população vem nos perguntar se é verdade que este ou aquele deputado está pegando dinheiro para votar a favor da venda da Copel. É lógico, deputado Irineu Colombo, que nós vamos entrar no mérito de uma afirmação enviada de má fé produzida pelo secretário da Fazenda, Ingo Hübert, que moral não tem para fazer insinuação. Porque já percebeu nesta Casa a sugestão para que fosse demitido. A maioria na Assembleia Legislativa votou favoravelmente, para que o governador o demita da presidência da Copel.

Além disso, suspeitas existem em relação a transações promovidas pelo senhor Ingo Hübert na Copel. Não só aquela relacionada àquele famigerado episódio envolvendo a Copel/Sercomtel que até hoje está mal esclarecido e muitas dúvidas brotam a cada episódio. A cada dia suspeitas nebulosas pairam em relação a essa transação, mas outras aqui levantadas recentemente pelo deputado Tony Garcia envolvendo a cifra de 44 milhões. As aposentadorias fraudulentas que se fizeram na Copel, as negociações envolvendo o grupo Inepar, do senhor Mário Petraglia e outras coisas, senhor presidente, fazendo sugerir que a venda da Copel já tenha sido baralho de cartas marcadas.

Por isso, não nos preocupa esta insinuação maliciosa do senhor Ingo Hübert dizendo que alguns deputados que são contra a venda da Copel estariam sendo impulsionados com o fim único e exclusivo de se favorecerem financeiramente.

Agora nos preocupa, sim, senhor presidente, nos preocupa a informação de que o Brasil, através de colonistas articulistas de renome nacional, começam a ponderar que há o envolvimento de dinheiro para mudar o voto

desse ou daquele deputado contra a venda da Copel. Isto é preocupante, senhor presidente e nós já dissemos aqui que não queremos que parem dúvidas sobre nenhum deputado, imaginem então em relação a este Poder, a esta instituição que deve ser honrada, que deve ser limpa, que deve manter a postura firme, irretorquível na defesa dos interesses da população do Paraná. Nós temos que colocar isto e temos que chamar a atenção da Assembleia Legislativa do nosso Estado porque senão, amanhã, a dúvida em relação a este ou aquele boato vai surgir de forma muito maiúscula, colocando às vezes pessoas honradas, pessoas dignas na mesma vala daqueles que eventualmente não tenham a responsabilidade de se conduzir desta forma.

Venho fazer este alerta aqui em nome do PMDB, venho aqui dizer a este Plenário que o povo está de olho na Assembleia Legislativa sim, que o povo está acompanhando passo a passo o que ocorre aqui dentro desta Casa. A população não está de olhos fechados e nem de ouvidos tapados e o povo quer saber, sim, o que se passa nas conversações que se fazem dentro de quatro paredes e nós, como deputados pertencentes a este Parlamento, que temos muito firme a nossa convicção, senhor presidente, de defender o patrimônio público, de defender a Copel, a Sanepar, de defender o povo do Paraná, não podemos deixar passar em branco esta oportunidade de alertar a Assembleia legislativa do perigo que enfrenta com a possibilidade de ter o seu nome arranhado, de ter comentários desairosos rodando por aí envolvendo a possibilidade de parlamentares estarem se conduzindo de forma que possa depreciar não só seu mandato, mas depreciar este Parlamento, este Poder que é na verdade o Poder que represente não só o povo do Paraná, mas o povo do Brasil.

O Sr. Ademar Traiano

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Nereu, Vossa Excelência traz à Casa algo realmente comprometedor. Agora, acho prematuro, deputado, Vossa Excelência ir ao encontro de notícias que talvez não tenham o menor respaldo, não tenham neste momento, com certeza, sustentabilidade, porque insinuações são servem como prova material e Vossa Excelência sabe perfeitamente disso. Portanto, o ônus da prova de qualquer acusação que se faça, cabe a quem alega - isso é questão de Direito, é coisa legal.

Entendo que a Casa, através do nosso presidente, Hermas Brandão, diante daquilo que Vossa Excelência apresenta nesse momento, com certeza, tomará todas as providências com relação às insinuações que hoje estão sendo levadas por alguns colonistas de jornais, aqui no Estado ou a nível nacional.

Não tenho a menor dúvida de que, aqui nesta Casa, tanto por parte dos deputados que compõem a Bancada do Governo, quanto daqueles que fazem e estabelecem o contraditório, neste Parlamento, jamais poderemos colo-

car em dúvida a reputação, imagem de qualquer parlamentar que aqui compõe o parlamento estadual.

Se algum fato concreto, deputado Nereu, vier, Vossa Excelência o traga, que com certeza temos aqui a Comissão de Ética, que vai analisar qualquer denúncia concreta. E o nosso presidente determinará de imediato as providências. O Plenário é soberano para analisar e julgar qualquer denúncia concreta, que possa, porventura, aparecer com relação ao assunto que Vossa Excelência está levando nesta tribuna.

Até então acho prematuro fazer considerações, deputado Nereu Moura. Conheço Vossa Excelência e sei que não é do seu estilo fazer acusações levianas. Mas gostaria que Vossa Excelência tomasse um pouco de cautela, para que não pudéssemos colocar, aí na lama, companheiros tanto da Situação, quanto da Oposição, em algo que pode ser e, com certeza, é inverídico, neste momento. Porque não existe, não existiu e não está existindo qualquer tentativa, nesta Casa, de querer corromper esse ou aquele parlamentar. E se isso ocorrer, não tenho a menor dúvida, o deputado Hermas Brandão, de imediato tomará as providências e com certeza acionará a nossa Comissão de Ética, que haverá de fazer a análise daquilo que, se porventura vier como fato concreto, nesta Casa.

Muito obrigado, pelo aparte.

O SR. NEREU MOURA

Para concluir, senhor presidente.

Quem avisa, amigo é, deputado Traiano.

Vossa Excelência sabe muito bem, que em política os boatos valem mais do que os fatos. O que ocorre é que não sou eu que estou levantando dúvidas ou suspeitas em relação a qualquer deputado, é a imprensa. É a imprensa, não só do Paraná, mas do Brasil.

O Sr. Ademar Traiano

Cabe a todos nós defender o Parlamento.

O SR. NEREU MOURA

É o que eu estou fazendo, aqui, hoje. Estou alertando esta Casa, de que poderemos cair na vala comum do ridículo e sairmos manchadíssimos desse processo, se não tivermos a preocupação e nos portarmos com transparência, em relação à venda ou não da Copel.

O que está em jogo é, senhor presidente, a honra da Assembléia Legislativa e é ela que nós estamos aqui defendendo. E é com ela e por ela que iremos lutar com braveza e com muita firmeza, até o fim.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Pela Ordem, senhor presidente?

(Assentimento)

Acho que a denúncia que o nobre companheiro Nereu Moura está fazendo é de uma gravidade muito grande. Entendo que a Presidência deveria tomar algumas providências, principalmente para verificar esses colunistas, que estão colocando essas notas, em um

momento em que a Casa, no seu todo, sofre um desgaste. E, nós, como deputados, não temos condições de aceitar isso, nos machuca, companheiro Nereu. Estamos fazendo política com seriedade. Queremos, sim, que o governo atenda aos deputados da Situação, nas emendas antigas, que ainda não foram contempladas, atendendo aos nossos prefeitos - obras que não foram concluídas. Mas daí, colocar esta situação, que nos envergonha e nos entristece, manchando não somente a reputação de um Parlamento.

Estou aqui não somente como deputado, senhor presidente, mas estou aqui como um pai de família, como um pastor, e eu gostaria muitíssimo que, diante da denúncia que está sendo feito pelo nobre companheiro Nereu Moura, que verificasse de onde originam essas informações para que esse Parlamento tome as devidas providências, porque isso nos entristece.

Eu tenho me orgulhado desse Parlamento, sei que as divergências de ideologias, trazem luz através do debate, mas o que não posso aceitar nesse momento é uma tentativa de algumas pessoas que já estão acostumadas a ver coisas dessa natureza, que imaginam que esse Parlamento esteja com o mesmo comportamento. Eu gostaria de pedir ao nobre presidente que as providências fossem tomadas.

O SR. BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, esta Casa é a voz do povo, e apenas como uma sugestão, que a Assembléia Legislativa contrate uma pesquisa popular para ver o que pensa o povo do Paraná.

Uma pesquisa popular balisaria esse debate, com certeza todos os deputados. Uma pesquisa que pudesse ser independente, e naturalmente aí os deputados terão mais condições de avaliar o que pensa o povo do Paraná.

Era essa a sugestão.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu repeti aqui o que o colunista Sebastião Neri e Claudio Humberto colocaram na sua coluna. Não fiz denúncia contra esse ou contra aquele deputado, apenas chamei a atenção da Assembléia da gravidade da denúncia e da preocupação que nós temos que ter. Essa que é a questão para esclarecer ao deputado Takayama, que nós não estamos irresponsavelmente denunciando este ou aquele deputado, apenas estamos colocando aqui a preocupação, porque a imprensa nacional está levantando suspeita e nós temos que tomar cuidado para não mancharmos o nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. CUSTÓDIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, só para registrar a presença do Sidney Ferreira, uma das grandes lideranças de Jacarezinho.

O SR. BRAZ PALMA (Pela Ordem)

Gostaria também de aproveitar o momento, senhor presidente, para registrar a presença do prefeito de Paisandu, Jonas Eraldo de Lima que está aqui prestigiando com a sua presença a nossa sessão.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, no mesmo sentido quero registrar a presença do vereador de Londrina, André Vargas, que recentemente tomou a posse como presidente estadual do Partido dos Trabalhadores, juntamente com o Salomão, nosso secretário geral do Partido no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será registrado nos anais dessa Casa.

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Ricardo Maia.

O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, senhores deputados, amigos que nos visitam.

Nós tivemos nesse último final de semana pela imprensa do Estado do Paraná, principalmente pela Gazeta do Povo e Folha do Paraná, uma grande reportagem sobre a apreensão de caça-níqueis no Estado do Paraná.

Sabemos que essa apreensão por parte da Receita Estadual e pela Polícia do Estado do Paraná foi decorrente de empresas, ou máquinas de caça-níqueis que não tinham o seu registro como firmas constituídas no nosso Estado do Paraná.

E nós temos aqui nesta Casa de Leis, um projeto de lei de minha autoria, desde o mês de junho de 2000; já passou pelas comissões, já entramos com Regime de Urgência o ano passado, mais precisamente no mês de novembro, e que está aguardando para entrar em pauta de votação. Com a aprovação do nosso projeto de lei, ficaria proibido em todo o Estado do Paraná a instalação e funcionamento das máquinas caça-níqueis no nosso Estado do Paraná. A gente sabe, é uma contravenção perigosa que está esparramada em todos os pontos do Estado do Paraná, em padarias, em mercearias, pequenos comércios, farmácias, ao lado de escolas, enfim, em todos os pontos do Estado do Paraná nós temos essas maquininhas, e junto com elas, por ser uma contravenção, por ser uma irregularidade muitas outras coisas poderão estar escondidas por trás e até poderão fazer parte do crime organizado, conforme a reportagem do último final de semana no jornal, uma bela reportagem do jornal "Gazeta do Povo", onde só à pressão de 4 anos numa empresa eles tinham em seu poder 700 mil dólares, provavelmente um valor altíssimo e proveniente do crime organizado ou dessa contravenção.

Então, hoje nós queremos dizer aos senhores deputados e à Mesa Executiva, desta Casa de Leis, que nós temos um Parecer, esperamos que num menor espaço de tempo possível, tenhamos aqui a aprovação desse projeto

de lei, para os senhores deputados, porque de uma vez só vamos conseguir banir o Estado do Paraná, porque é um projeto de lei legal e constitucional, e ao mesmo tempo é um projeto de lei meritório, porque quantos chefes de família mandam seus filhos ir à padaria, ao comércio e ali eles deixam o trocadinho do dinheiro do trabalhador, dinheiro de um pai de família que vai fazer falta na sua casa.

E nós temos aqui o Parecer Favorável do secretário de Estado da Justiça, temos o Parecer Favorável do secretário de Estado da Segurança Pública, então nós esperamos que a Mesa desta Casa coloque esse projeto em votação para que possamos, não só ficar em apreensão por parte da Receita Estadual e da polícia do Estado do Paraná, quando alguma firma seja irregular junto ao fisco do Estado do Paraná e se de uma vez por todas vamos banir o caça-níqueis no Estado do Paraná.

**O Sr. Cleiton Kielse (Aparte)
(Assentimento)**

Deputado Ricardo Maia, Vossa Excelência juntamente com o deputado Nelson Garcia, que nós já sabemos e juntamente com esse deputado que vos fala, tem essa preocupação, não só pelos casos que conhece, mas também por uma briga de gangues do Estado do Rio de Janeiro, e do Estado de São Paulo. É publicado em vários jornais que os valores oriundos desses caça-níqueis, desse cassino enrustido nas padarias e panificadoras, dentro de ambientes familiares, que hoje um caminhoneiro que chega num posto de gasolina já pode até ir atrás de um caça-níqueis, como nesse último final de semana, eu voltando da região Norte do Paraná, um caminhoneiro que não tinha mais nem dinheiro para abastecer, por sorte ganhou acho que 10 reais num caça-níqueis e eu perguntei para ele: Quantas moedas o senhor gastou aqui? Ele até meio envaidecido por ter ganho os 10 reais disse: Eu já gastei mais de cem, só nesta viagem.

Por isso trata-se de um vício maléfico à população, que tem que ser retirado emergencialmente de todos os ambientes, não só aqui e Curitiba, mas do Estado do Paraná e quiçá o Brasil, até pelo seu projeto que nós louvamos e estamos assinando junto, como Vossa Excelência já sabe, tenho com certeza o Parecer das igrejas do Estado do Paraná, tenho parecer até do ambiente que nós sabemos, desses bingos, enrustidos cassinos de Curitiba, que nós vamos pedir mais uma CPI dos Bingos nesta Casa, para saber os valores, porque uma pesquisa que foi feita diz que os bingos estão no 4º setor que mais arrecada dentro da grande Curitiba, imagine os valores que chegam, deputado Ricardo Maia.

Por isso, o senhor está de parabéns, nós vamos acelerar esse seu projeto, vamos buscar aonde está parado esse projeto para que o Plenário possa, o mais rápido possível, vir a votá-lo e que venha o governador homologá-lo o mais urgente possível.

O SR. RICARDO MAIA

Liderança do PSB, senhor presidente.

Quero aproveitar e cumprimentar o deputado Quielse que muito bem se colocou e dizer que o deputado Nelson Garcia também está junto conosco, que já tinha o projeto mais amplo, que seriam todos os jogos eletrônicos em vários pontos, mas também é um projeto de suma importância, está anexado ao nosso. Quero cumprimentar aqui, a imprensa do Paraná que neste último final de semana deu uma grande cobertura e mostrou a realidade. Mesmo lá não tendo saído nosso nome e de outros deputados, o importante foi que ela mostrou para todo o Estado do Paraná a podridão que está esparramada em vários pontos do Estado do Paraná que são estes jogos, que é diferente do bingo.

O bingo é um estabelecimento que tem a sua funcionabilidade. Agora, caça-níqueis estão como o deputado Quielse falou, em postos de gasolina, padarias, acesso às crianças. É um descontrole geral do Estado do Paraná. Não vamos, aqui, condenar o comerciante varejista, não. Ele nada mais fez do que o jogo do comércio. Agora, com um projeto de lei aprovado e sancionado pelo governador, aí sim, terá que ser cumprido, em todos os estabelecimentos do Estado do Paraná.

Concedo aparte ao deputado Edson Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson

Gostaria de cumprimentá-lo, por trazer a esta tribuna uma questão de tamanha importância e gostaria de relatar o quanto este tipo de jogo afeta e prejudica a juventude, especialmente as crianças.

Não vamos aqui nem sequer falar naquele cidadão que é o viciado no caça-níquel, que é o motorista de caminhão, aquele que está no estabelecimento comercial, num bar, e às vezes, perdendo o controle, gasta tudo o que tem e deixa de levar o mantimento para sua casa, porque dinheiro ele não tem mais, em busca das famosas moedas do caça-níquel.

Quero contar uma experiência pessoal: na semana passada eu estava num estabelecimento, juntamente com um pai e uma criança. Ela veio me pedir uma moeda. Eu imaginei até que ela fosse utilizar aquela moeda para comprar um doce, talvez, que estava em exposição. E, para minha surpresa, dei a moeda e ela foi correndo jogar nesta famigerada máquina de caça-níquel, que é uma verdadeira “roubalheira” do dinheiro do cidadão, viciando o jovem, a criança.

Este quadro tem que, definitivamente, ser banido do Estado do Paraná, pelo menos dentro da nossa competência, para que não tenhamos que ver, no dia-a-dia, o jovem, a criança, o cidadão, viciado compulsivamente nestas máquinas que roubam o dinheiro de forma agressiva.

Então, é importante que este projeto venha à votação de forma urgente, para que possamos aqui, nós deputados estaduais, darmos no Paraná o primeiro passo para combater esta verdadeira roubalheira do dinheiro do

cidadão, que são estas famigeradas máquinas caça-níqueis. Com ou sem selo, como diz Vossa Excelência.

Parabéns, e vamos realmente lutar para que isto aconteça com urgência.

O SR. RICARDO MAIA

Muito bem. Eu agradeço o aparte.

Só para concluir, queremos ressaltar a importância que é nós aprovarmos este projeto de lei, porque não será só o fim do caça-níquel no nosso Estado do Paraná, e sim, teremos a expulsão daqui de contraventores perigosos que vieram, estão vindo para o Estado do Paraná, com a fachada de distribuição deste vídeos jogos em vários pontos do Estado do Paraná.

Quero cumprimentar e dizer que o presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, nós conversamos sobre a importância deste projeto. E o mesmo presidente já determinou à assessoria da Casa para que procurasse o projeto, em qual fosse a comissão que estivesse, para que ele possa vir à votação, em Plenário.

Concedo aparte ao deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Acho que é unânime, até por parte dos companheiros, o apoio que pode ser dado à sua idéia e dizer que eu fico extremamente preocupado, porque a contravenção é combatida, sempre. E a instituição “jogo do bicho” continua correndo solta, também. Eu sinto, lá na minha região, que é sua também, que isto tem proliferado a olho nu. As pessoas fazem o que querem disso aí. E o que é pior: com apoio da autoridade, sobretudo da autoridade policial.

Lá em Londrina eu estou “de olho”, inclusive, porque a polícia está dando proteção a este tipo de contravenção, acobertando, com relação à proliferação dessas maquininhas.

Só para concordar com Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Encerrado o Pequeno Expediente passamos ao Grande Expediente. Deputado Carlos Simões.

(Declina)

Horário das Lideranças.

PDT, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Nesse dia, senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas, diversos acontecimentos políticos ocorreram aqui na capital do Estado. Entre eles, quero destacar a presença em uma reunião, do deputado federal Rubens Bueno, juntamente com outros senhores diretores do PPS, que com o PDT a nível nacional formaram bloco de sustentação, para que o PPS e o PDT fizessem com que o Congresso Nacional se irmanasse no objetivo de traduzir o anseio da família brasileira, qual seja, a CPI da Corrupção.

Aqui nesta Casa, senhor presidente, quando vemos diversos colegas e amigos falando de assuntos

que denigrem esse Poder, queríamos tão somente dizer que estamos com eles para não só dar uma satisfação pública, mas também dizer que nesta Casa, ela é sempre aberta, como sempre o foi a todos os questionamentos.

Quando alguém, seja quem for, traga fatos que envolvam este Poder, nós estaremos atentos e somando com todos aqueles oradores que me antecederam para traduzir o que sempre foi feito nesta Casa, que é o entendimento da família do Paraná.

Queria, senhor presidente Hermas Brandão, que Vossa Excelência desse, como sempre o fez, o melhor dos encaminhamentos a todos os procedimentos que sejam levados, se é que o presidente da Copel falou em uma emissora deste Poder ou de algum dos senhores deputados, deveria, como dever ser, responsabilizando criminalmente, porque não admitimos que alguém, seja ele ocupante de uma função pública como é o secretário de Finanças e o presidente da Copel Ingo Hübert. Ele não tem a condição pela qual possa acusar esse Poder, muito menos alguns dos senhores parlamentares.

Entendo que mesmo a Bancada da Situação e do líder desta Casa, deputado Durval Amaral, que conosco irá somar para que esse Poder seja respeitado, para que esse Poder seja igualado aos meios, principalmente, de honestidade, de propósito e de atitudes a serem tomadas. Não é admissível que alguém, que por circunstância da sua consciência venha votar favoravelmente e nós outros, da Oposição, venhamos votar no sentido contrário; é que não tenhamos a liberdade de escolha, como disse o ilustre deputado Nereu Moura, líder do PMDB nesta Tribuna.

Acredito que o sentido maior daquilo que estamos procurando, deputado Waldyr Pugliesi, é realmente a valorização, a decência, a honestidade, e principalmente, a sinceridade do respeito por esta ou por aquela atitude que é tomada.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar o deputado Algaci Tulio que numa das últimas reuniões aqui fez a sua biografia política, a sua ação partidária, a sua ocupação em funções públicas neste Estado, demonstrou sempre uma lealdade àquilo que era apresentado no momento da História do Paraná. O Algaci tem entre nós e acredito, no Paraná inteiro, como nós de Ponta Grossa que não pertencemos à Região Metropolitana de Curitiba, tem de nós o respeito pela dedicação, pela honestidade, pelo propósito de servir e basta ver a sua folha corrida em termos de votos. O Algaci sempre foi um vencedor pelo trabalho que ele demonstrou, na lealdade que ele teve a alguém que hoje lhe demonstra uma ingratidão total, que é o governador do Paraná, Jaime Lerner. Se tivesse Sua Excelência o Jaime, o respeito e a dignidade que tem o Algaci, a lealdade, ele não seria ingrato, em tachar a Base de Sustentação do Governo, os rebeldes, de desleais.

É preferível, deputado Algaci Tulio, ser desleal. Vossa Excelência foi caracterizado a atos que não vêm de encontro aos anseios da família do Paraná.

Vossa Excelência está no caminho certo e continua leal. Primeiro, a sua família, o seu caráter e principalmente, aos seus eleitores que lhe deram a condição de estar conosco já em diversos outros mandatos e nesta oportunidade, nesta Casa que será memorável ao futuro do Paraná.

Parabéns, deputado Algaci Tulio.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 166/2001, subscrito pelo senhor presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando proposta de projeto de lei para alteração do Regimento de Custas do Foro Extrajudicial, para que se faça adaptação à Lei nº 10.169/ 2000, extinguindo-se o Valor de Referência de Custas (VRC), tendo em vista deliberação unânime aprovada na Sessão Ordinária do Órgão Especial, realizada no dia 26 de março próximo passado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, comunicando sua desfiliação do Partido Trabalhista Brasileiro. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 04 (quatro), de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

A Presidência participa aos senhores deputados que apresenta dois projetos na Casa, por sugestão da última Sessão do Parlamentar do Futuro, onde tivemos visitas de alunos de Ribeirão Claro e Bandeirantes.

Sugestão do município de Bandeirantes: **Apoiado.**
 Sugestão para dois projetos, dos alunos de Ribeirão Claro: **Apoiados.**

Requerimento nº 685, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente, solicitando autorização para participar do 1º Simpósio Nacional de Administração Pública Municipal a ser realizado na cidade de Londrina/PR, entre os dias 17 a 21 de abril, na qualidade de 2º vice-presidente, representando esta Casa. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 052/99, de autoria dos deputados Augustinho Zucchi, Carlos Simões e Irineu Colombo, que dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, oriundos da agricultura familiar no Estado do Paraná e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.A.I.C.. COM EMENDA DA C.S.P.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA DA C.S.P..

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 052/99

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria dos deputados Carlos Simões, Irineu Colombo e Augustinho Zucchi, tem por objetivo estabelecer normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, oriundos da Agricultura Familiar no Estado do Paraná e adota outras providências.

Fundamentação

O presente projeto de lei pretende facilitar a elaboração de produtos agroartesanais, diminuindo as dificuldades estruturais hoje enfrentadas pelos agricultores, estabelecendo que a responsabilidade frente ao consumidor caberá ao produtor, desde que cumpridos os requisitos da lei.

Conclusão

No que compete a esta Comissão se manifestar, conforme atribuição conferida pelo § 14º, do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, nos posicionamos favoravelmente a aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva Geral apresentada pela Comissão de Saúde Pública.

É o Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 31.10.2000.

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente

DIVANIR BRAZ PALMA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI 052/99

P A R E C E R :

O projeto em epígrafe - e por igual o Substantivo - dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, oriundos da Agricultura Familiar, no Estado do Paraná e abriu funções à Secretaria da Agricultura no que pertine.

A Emenda Supressiva ao Substitutivo Geral do Projeto, apresentada pelo líder Governo, e em apreciação, neste momento, visar sanear o substitutivo da Inconstitucionalidade contida em seus artigos 3º, 4º, 5º e 13 pois dispõe com clareza, a Constituição do Estado, no inciso IV do artigo 66 que a iniciativa legislativa em matéria que verse sobre "atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública" é da competência privativa do Governador do Estado.

Esta Comissão manifesta-se pela juridicidade da Emenda, por ser compatível com a ordem jurídica, e neste aspecto, aperfeiçoa o Projeto, em sua versão substitutiva.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Apoiamento:

Sergio Spada, Duílio Genari, Carlos Simões, Antonio Carlos Belinati, Orlando Pessuti, Algaci Tulio, Caíto Quintana, Serafina Carrilho, Chico Noroeste e José Maria Ferreira.

Com Emenda da Comissão de Segurança Pública.
 Votamos o projeto, ressalvadas as Emendas.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, quero nesta justificativa de voto manifestar minha abstenção com relação a este projeto e as emendas, da mesma forma que fiz quando foi votado em primeira discussão há muito tempo. É uma reivindicação que entendo justa dos produtores rurais, é um trabalho que há bastante tempo o deputado Augustinho Zucchi vem desenvolvendo nesta Casa e tem co-autores deste projeto - Carlos Simões e Irineu Colombo. Mas consultando os técnicos da Secretaria da Agricultura, os Médicos Veterinários do Conselho Regional de Medicina Veterinária, Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária e consultando a legislação já votada no Paraná, eu, pessoalmente, tenho comigo neste momento que votar este projeto, neste instante, e já disse isso há uns meses atrás, é de repente darmos motivo para que as autoridades nacionais e internacionais possam acreditar que o Paraná estaria abrandando. Pessoalmente entendo que não está abrandando, mas poderíamos dar motivação para que

entendesse que nós - neste momento de gravíssima situação sanitária na Argentina, no Paraguai, na Inglaterra, na França e outros países, que estivéssemos abrandando as exigências sanitárias e que pudesse isso acarretar algum prejuízo nesse relacionamento nacional e internacional no que diz respeito às questões sanitárias.

Legislação votada no governo Requião, legislação votada no governo Jaime Lerner, decretos baixados no governo Jaime Lerner, no governo Requião no meu modo de entender já atendem de certa forma aquilo que esse projeto se propõe. Não quero encaminhar contrariamente à aprovação, mas por uma questão de foro pessoal e profissional me abstenho de votar este projeto de lei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação o projeto. **Aprovado.**

Em votação a emenda substitutiva. **Aprovada.**

Em votação a emenda supressiva. Em discussão, em votação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Para Encaminhar)

Senhor presidente e senhores deputados, essa emenda supressiva ao nosso projeto, ela elimina, aqui, o artigo 3º, o artigo 4º, o artigo 5º e o artigo 13. Apenas, senhor presidente, gostaria de encaminhar contrário a essa emenda baseado a essa emenda baseado no seguinte ponto, o que diz o artigo 4º, por exemplo - a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e a Secretaria da Saúde poderão conveniar-se com os municípios que possuam ou tenham acesso a estrutura técnica e laboratorial, bem como a entidade públicas que preencham as condições adequadas a execução das tarefas para inspeção e fiscalização dos estabelecimentos, visando a garantia dos aspectos de sanidade e controle dos produtos e embalados nos estabelecimentos abrangidos por esta lei. Veja bem, senhor presidente, é exatamente este artigo que dá a possibilidade de agilização do processo, da fiscalização e da inspeção. Resumindo isto, nós temos lá, por exemplo, a construção de um abatedouro ou de um frigorífico ou, enfim, a construção de qualquer unidade de agro-industrialização. Se suprimir o artigo, este artigo aqui, por exemplo, não poderá os técnicos, tanto a nível regional quanto os técnicos contratados pelas prefeituras municipais fazer a inspeção, dizer se realmente a construção está de acordo com aquilo que preceitua o estabelecido na lei.

Então, acho que em termos, deputado Hermas Brandão, Vossa Excelência que foi secretário da Agricultura e sabe o que estou falando, em termos de agilizar o processo porque nós temos quatro ou cinco pessoas que fazem essa inspeção no Paraná inteiro e às vezes o agricultor ou uma associação de agricultores fica dois ou três meses aguardando para que seja feita a inspeção por parte dos técnicos e a liberação desses estabelecimentos. Seria então, aqui diz o seguinte, o artigo que antecede o artigo 3º, diz o seguinte - compete a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e/ou a Secretaria da Saúde das sub-

regiões a inspeção e fiscalização dos produtos agro-artesanais, bem como orientação e treinamento dos técnicos auxiliares.

Você imagine se a Sadia, a Perdigão tivessem que esperar, quem sabe, um técnico do governo do Estado para acompanhar o abate de suas aves. Dessa forma, deputado Pessuti, eles têm lá técnicos treinados sob a supervisão, aí sim, sob a supervisão e a tutela do Estado.

Então, eu acho que tirar estes artigos, até o 13º não vejo muito problema, porque diz ali o 13º o seguinte - o Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias a contar da data de sua publicação. Até não vejo, que tenha um agravante maior. Agora tirar do corpo do projeto o artigo 3º, 4º e 5º nos leva a um dos maiores problemas razão pela qual esta lei foi discutida com todos os setores de produção do nosso Estado que é a agilização do processo, ou seja, o técnico da prefeitura não vai ter competência para deliberar sobre a instalação sanitária que está lá, mas ele terá competência sim para fazer o relatório e passar aqui para a sede da Secretaria da Agricultura ou da Secretaria de Saúde.

Faço um apelo ao deputado Durval Amaral, líder do Governo, para que votemos contra essa emenda supressiva, porque se não vamos prejudicar e muito o corpo do projeto, a intenção do projeto, a eficácia do projeto, o que é fundamental.

Obrigado, senhor presidente, e gostaria de contar com a compreensão do nosso Líder, deputado Durval Amaral, neste sentido.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, é correta a argumentação do deputado Zucchi. Portanto, nós da Bancada das Oposições pedimos para que votem não à emenda supressiva.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, eu quero aproveitar a oportunidade não só para encaminhar este voto, esta emenda pela supressão, votando contrário a emenda, mas também fazer uma pequena homenagem ao deputado Augustinho Zucchi. Todos nós sabemos a competência técnica do deputado e eu e o deputado Carlos Simões que acompanhamos a assinatura do projeto com o deputado Augustinho Zucchi, queremos dizer, aqui, em alto e bom som, que o deputado Augustinho Zucchi tem produzido as discussões com todos os setores organizados da sociedade e esse projeto foi gerido de uma forma simplória. Ele é motivo de amplo debate com os setores organizados. E, sobretudo, com os setores do Paraná, que querem a sanidade de animal e vegetal. É um projeto de altíssima responsabilidade. Todo mundo sabe, aqui - vamos fazer uma analogia rápida. Em um grande hospital, onde tem várias pessoas doentes, a possibilidade de você ser contaminado com infecção hospitalar é muito maior do que em um pequeno hospital.

Hoje, o produtor-rural que quiser produzir qualquer manufaturado, da agro-indústria artesanal - hoje ele está vendendo sem nenhum controle sanitário: o salame, o queijo, o doce, a marmelada, na feira. Porque se você for colocar a espada dura da fiscalização, inviabiliza o pequeno agricultor. O projeto vem exatamente, por um lado disciplinar para que o agricultor, qualquer coisa que ele venda, vai ter que ter um mínimo de sanidade, mas oferecendo informação, orientação técnica, um técnico do governo do Estado e um técnico da prefeitura, para orientação técnica. Vai azulejar de branquinho o setor de recepção da matéria-prima, de processamento - fazer basicamente dois ou três setores. Vai ter um limite, uma produção máxima, em que ele pode se enquadrar como uma agro-indústria artesanal. Com isso estaremos disciplinado o que hoje não tem disciplina. É isso o que está acontecendo.

Queremos trazer para a responsabilidade do Estado. Quero dividir, aqui, essa angústia com o deputado Orlando Pessuti, no sentido da oportunidade do projeto. Mas por outro lado, os fatos é que vão colocar a gente, para a aprovação do projeto. Porque o que temos hoje são produtos vendidos sem o controle de qualidade. Eu fazia parte de um assessoramento, de uma Associação Comercial de Produtores Rurais, que eles mesmos contrataram médico veterinário, para controlar a qualidade do queijo. Porque tinha agricultor que tirava o leite de uma maneira qualquer, não cuidava da qualidade do leite, com impurezas e sujeira e produzia o queijo. Eles tinham que fazer um controle de qualidade, para não perder freguesia, ali, no mercadinho dos agricultores. Por quê? Porque não tem norma. A norma. A norma existe, agora, para trazer a sanidade para essa questão.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela Ordem, senhor presidente?
(Assentimento)

Em respeito ao deputado Colombo e aos demais deputados e por amor à brevidade, a liderança do governo retira a emenda, para que o processo possa ter prosseguimento.

O SR. IRINEU COLOMBO

Muito obrigado.
Parabéns ao líder do governo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Diante da solicitação do líder do governo, mandamos arquivar a emenda supressiva e o projeto está aprovado na forma do substitutivo-geral, já aprovado por esta Casa de Leis. **Está aprovado o projeto 052/99, artigo por artigo.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 057/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Estado do

Paraná, a conceder às famílias carentes, instituindo o programa criança na escola, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.E.M.A.. COM EMENDA DA C.C.J.. COM EMENDAS DE PLANÉRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 057/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Estado do Paraná, a conceder auxílio às famílias carentes instituindo o programa criança na escola e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer Favorável às emendas de Plenário.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Eli Ghellere, Sérgio Spada, Serafina Carrilho, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Chico Noroeste, Carlos Simões e Orlando Pessuti.

Existe uma emenda da Comissão de Constituição e Justiça e duas emendas de Plenário. Vamos, inicialmente, votar o projeto, ressaltando as emendas.

Os senhores deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Vamos votar, em seguida, a emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Os senhores deputados que aprovam a emenda da Comissão de Constituição e Justiça, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Emenda número 01 de Plenário. Senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Emenda número 02. Senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/99, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a implantar programa especial de demissão voluntária. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 097/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo, a implantar programa especial de demissão voluntária.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer Favorável às emendas de Plenário.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Eli Ghellere, Sérgio Spada, Antonio Carlos Belinatti, Serafina Carrilho, Algaci Tulio, José Maria Ferreira, Chico Noroeste, Carlos Simões, Orlando Pessuti e Caíto Quintana.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando o encaminhamento à Comissão de Finanças do Projeto de Lei nº 097/99. **Aprovado.**

Será encaminhado à Comissão de Finanças.

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Poder Executivo a criar linha especial de financiamento e investimento para o setor pesqueiro, no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 104/99

P A R E C E R :

De autoria do deputado Irineu Colombo, o projeto em questão autoriza o Poder Executivo a criar a linha especial de financiamento e investimento para o setor pesqueiro, no Estado do Paraná.

O projeto recebeu pareceres desta Comissão e da Comissão de Finanças desta Casa de Leis. Indo a Plenário, recebeu emenda alternando o artigo 2º, que trata dos recursos necessários para a execução da Lei. Após análise desta Comissão, somos de Parecer Favorável à Emenda.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Serafina Carrilho, Antonio Carlos Belinatti, Carlos Simões, Moysés Leônidas, Marcos Isfer, Sérgio Spada e Orlando Pessuti.

nati, Carlos Simões, Moysés Leônidas, Marcos Isfer, Sérgio Spada e Orlando Pessuti.

Vamos votar inicialmente o projeto na forma original. Senhores deputados que aprovam o projeto permanecem como estão. **Aprovado artigo por artigo.**

Em seguida vamos proceder a votação da emenda. Emenda de Plenário.

Senhores deputados que forem favoráveis a aprovação da emenda permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/99, de autoria do deputado Tony Garcia, que autoriza o governo do Estado do Paraná a descentralizar as ações da Defensoria Pública e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 216/99

A presente emenda visa a supressão do artigo 2º e conseqüente remuneração do artigo 3º para 2º.

Sala das Sessões, em 20.02.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães e Miltinho Pupio.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 2º - cuja supressão se propõe - trata de matéria eminentemente regular e, como tal, da competência exclusiva do Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 216/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Tony Garcia, que autoriza o governo do Estado a descentralizar as ações da Defensoria Pública e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer Favorável às emendas de Plenário.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Eli Ghellere, Antonio Carlos Belinatti, Sérgio Spada, Serafina Carrilho, Algaci Tulio, José Maria Ferreira, Chico Noroeste, Carlos Simões, Orlando Pessuti e Caíto Quintana.

Com emenda da CCJ e emenda de Plenário. Vamos votar inicialmente em 2ª discussão o projeto da forma inicial.

Senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado, artigo por artigo. Vamos votar agora a emenda da CCJ. Senhores deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão. **Aprovado.**

Vamos colocar agora em votação a emenda de Plenário. Senhores deputados que aprovam a emenda de Plenário permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 06

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/99, de autoria do deputado Péricles H. de Mello, que institui o programa estadual de incentivo ao esporte amador e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A.. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo**
Emenda - **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 344/99

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Péricles H. de Mello, o projeto em questão institui o programa estadual de incentivo ao esporte amador e dá outras providências.

O projeto recebeu Pareceres Favoráveis desta Comissão e da Comissão de Educação, Cultura e Esportes desta Casa de Leis. Indo a Plenário, recebeu emenda suprimindo artigo que instituía incentivo fiscal para a realização de projetos de incentivo ao esporte amador, a ser concedido a contribuintes do ICMS. A mesma emenda suprimiu outros 3 artigos que contrariavam o caráter autorizatório do projeto de lei (artigo 8º, 9º e 10).

Após análise desta Comissão, somos de Parecer Favorável à emenda.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO- Relator

Apoiamento:

Sérgio Spada, Duílio Genari, Carlos Simões, Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Eli Ghellere, Serafina Carrilho, Antonio Carlos Belinati, José Maria Ferreira e Chico Noroeste.

ITEM 07

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/99, de autoria do deputado Beraldin, que outorga competência ao secretário de Estado da Fazenda para dispor a redução do percentual do ICMS cobrado na comercialização do feijão de 12% (doze por cento) para 7% (sete por cento). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E

C.A.I.C.. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 391/99

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Beraldin, que outorga competência ao secretário de Estado da Fazenda para dispor a redução do percentual do ICMS cobrado na comercialização do feijão de 12 (doze por cento).

O projeto recebeu emenda em Plenário, alterando o artigo 1º, de redução de alíquota para isenção de ICMS cobrado na comercialização do feijão.

A emenda é inconstitucional por conflitar flagrantemente com o artigo 155, parágrafo 2º, inciso 12, alínea G da, Constituição Federal que atribui competência privativa à deliberação dos Estados (Confaz) à outorga de benefícios desta natureza.

Portanto falece ao secretário de Estado da Fazenda competência para unilateralmente conceder tais benefícios (de acordo com a Lei Complementar 24/75 - Confaz).

Sobre a legislação tributária do Estado do Paraná já reduz para o índice correspondente à uma alíquota de 7% (sete por cento) a tributação dos produtos da cesta básica, dentre eles o feijão. Portanto, na sua concepção originária, o projeto de lei também não se justifica.

Diante do exposto, somos de parecer Contrário à emenda.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Plauto Miró Guimarães, Moysés Leônidas, Serafina Carrilho, Ademar Traiano, Antonio Carlos Belinati, Carlos Simões, Sérgio Spada, Caíto Quintana e Marcos Isfer.

Voto Contrário:

Orlando Pessuti.

Com Pareceres Favoráveis e com emenda de Plenário com Parecer Contrário da C.C.J. Está em votação. Senhores deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

O senhor está colocando em votação o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O projeto. Está aprovado o projeto.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hernas Brandão)

Verificação de votação.

Senhores deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

Vinte senhores deputados.

Senhores deputados que rejeitam o projeto queiram levantar-se.

Vinte e um senhores deputados.

Está **rejeitado** o projeto.

O SR. BERALDIN (**Pela Ordem**)

Nas minhas contas deu dezenove deputados contra, e 20 a favor, não sei se Vossa Excelência podia repetir...

O SR. PRESIDENTE (**Hernas Brandão**)

Já foi anunciado o resultado e quero informar ao nobre deputado Beraldin que essa Presidência inclusive fez a contagem.

ITEM 08

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 616/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o governo do Estado do Paraná a implantar o Programa de Leitura de Revistas e Jornais - PROLERJ nas escolas estaduais e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A.. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.** Emenda - **Aprovada.**

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 616/99

A presente Emenda Supressiva ao Projeto de Lei nº 616/99, suprime da sua redação original, os artigos 3º e 4º; renumerando o artigo 5º como artigo 3º, conforme redação a seguir:

“Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 06.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Algaci Tulio, Carlos Simões, Geraldo Cartário, Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

A proposta de emenda justifica-se pelo seu objetivo de compatibilizar o projeto de lei com sua natureza autorizatória, haja vista que as disposições contidas nos dispositivos suprimidos são de competência administrativa e regulamentar do Poder Executivo.

Já a supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de aquedar o projeto de lei, à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar nº 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 616/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Maia, que visa autorizar o governo do Estado do Paraná a implantar o Programa de Leitura de Revistas e Jornais - PROLERJ, nas escolas estaduais e dá outras providências.

Chamadas esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, somos de parecer Favorável às emendas de Plenário.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

Apoiamento:

Sérgio Spada, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Duílio Genari, Serafina Carrilho, Carlos Simões, Caíto Quintana, Orlando Pessuti e Chico Noroeste.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 07/2001, de autoria do deputado Hernas Brandão, que autoriza o artigo 1º da Lei nº 12.868, que declarou de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Veteranos e Amigos dos Basquetebol. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 08/2001, de autoria do deputado Nelson Justus, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila São Vicente, com sede e foro no município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 37/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declarou de Utilidade Pública a Fundação Darvil José Caron, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente estava programado para manhã de manhã, às 10:00 horas, a presença na Comissão de Educação, numa audiência no Plenarinho da Assembléia da senhora Alcione Saliba, no entanto recebemos aqui, da senhora secretária, “Em atenção ao requerimento do deputado Ricardo Chab aprovado na sessão Plenária do dia 28 e conforme entendimentos mantidos com Vossa Excelência quinta-feira, dia 29, confirmamos nossa presença dia 10”.

Portanto, quero comunicar à Casa e aos senhores parlamentares e à imprensa de que amanhã não haverá a reunião da Comissão de Educação com a secretária, ficando para a outra quarta-feira, dia 10.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo aos senhores deputados que essa mudança de data da apresentação da secretária de Educação foi autorizada também pelo presidente da Comissão de Educação, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. BERALDIN (**Pela Ordem**)

O assunto pertinente, que o deputado Algaci Tulio levantou, que amanhã nós teríamos a presença da secretária da Educação e transferimos a reunião do Meio Ambiente para quarta-feira.

Então, desde já fica anunciado à Casa que a reunião do Meio Ambiente fica para quarta-feira às 10:00 horas, na Salas das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, requerimento nº 659, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, com apoio dos senhores deputados Orlando Pessuti e Edno Guimarães, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. NEREU MOURA

Qual é o teor desse requerimento, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requer voto de repúdio ao senhor Ingo Henrique Hübert, por ocasião de sua vinda a esta Casa, para prestar esclarecimentos sobre a privatização da Copel.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Para encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O referido requerimento já está com sua discussão adiada.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Quero encaminhar a votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está autorizado, nobre deputado.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Deputado Hermas Brandão, nós achamos que o maior repúdio que o senhor Ingo Hübert poderia receber desta Casa era a votação pedindo a sua demissão de presidente da Copel. Quando majoritariamente esta Casa, aprovou para que fosse encaminhada ao governador essa sugestão. De forma que aprovar este outro requerimento seria até uma redundância em função daquele requeri-

mento mais forte, mais pesado, que este parlamentar aprovou.

Por isso, com base no artigo 133 do Regimento Interno, eu retiro o requerimento senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Por solicitação do requerente está retirado o requerimento.

Requerimento nº 684, de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 687, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 715, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

A presidência informa ao senhor deputado Irineu Colombo sobre este requerimento que a Assembleia pode fazer a solicitação, mas o senhor presidente da Agência Nacional não tem obrigação de respondê-lo.

Requerimentos nºs 673 e 674, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 675 e 676, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 683, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 688, 689 e 690, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 707 e 708, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Apro-**

vados. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nºs 691 à 701, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 702, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 703, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 709, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 710, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 713, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 714, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Em discussão.**

Requerimentos nºs 716 a 718, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 719, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 721, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 722, de autoria dos senhores deputados Eli Ghellere e Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 720, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Devolvido ao autor.**

Devolve-se o requerimento ao deputado, que deverá ser encaminhado ao DNER e não é competência do governo do Estado aquela estrada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 052, 057, 104, 216, 344 e 616/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 006, 040, 054, 057 e 079/2001.

Marco ainda uma Sessão Extraordinária para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 007/99, 012, 017, 024/2000 e 004/2001.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO DO DIA 02 DE ABRIL DE 2001.

“Cá como lá”

O Estado do Paraná

O governador Jaime Lerner e o presidente Fernando Henrique Cardoso se assemelham. Pelo menos no trato com suas bancadas. Lá, FHC sufoca comissões de inquérito para investigar a corrupção de sempre a golpe de obscuras negociações entre aliados; aqui, o governador quer unanimidade em matéria que pertence - não aos deputados - mas ao povo do Paraná. Em ambos os casos, cobra-se lealdade.

Mas, afora a pergunta sobre o que seria lealdade, no caso do Paraná o tiro está saindo pela culatra. Não

vamos analisar aqui, em profundidade, a questão da venda da Copel - a nossa outrora valente companhia de energia elétrica. A empresa vai bem, obrigado e, à custa de nossas tarifas, no exercício que passou, obteve lucro recorde. Seu patrimônio depois de ter avançado sobre dezenas de pequenos patrimônios particulares à época do regime militar, deve interessar a muita gente.

Colocada à venda, a Copel passou a suscitar debates. É natural. Uns contra, outros a favor - todos têm argumentos sólidos e capazes de demonstrar à sociedade o entendimento da sentença individual. Para neutralizar alguns argumentos, o governo do Estado colocou no ar uma peça publicitária em que procura demonstrar que a venda da companhia não é decisão sua e, sim, ordem do governo federal.

“A um político de verdade convém que seja leal ao povo que o elegeu, não ao mandatário que o tenta subjugar. Ademais - e nisso estamos de pleno acordo - durante sua campanha eleitoral, Lerner nunca falou nos palanques que, iria vender a Copel. Que se prossiga no debate”.

No caso, Lerner estaria apenas obedecendo uma ordem que vem de cima (o que, em nosso entendimento, permeia de debilidades a chamada autonomia estadual). Indo além disso, cita que, independentemente de partido, outros governos estaduais fizeram o mesmo, incluindo algum do PT. A venda das companhias de eletricidade, eis o resumo da história contada pelo governo na peça institucional, deve ser encarada como um fato acabado e natural.

Ora, numa democracia de fato, é também natural que se debata o assunto. É do debate que nascem luzes, inclusive para saber para onde, no caso da venda, irá a grana que contém um pouquinho do suor de cada paranaense. Mas, pelo menos entre seus aliados, o governador demonstra-se pouco amante do debate; decidiu vender (ou - como prefere - obedecer as ordens do Planalto) e não admite que políticos aliados discutam sua decisão.

Cobrou lealdade como fizera na antiga Roma um certo general ao ordenar toda uma legião girar em direção ao pântano, onde morreram afogados...

Quem acompanha - e mesmo quem não o faz - a política paranaense sabe da lealdade do deputado Algaci Tulio, não só ao governador, mas à sua equipe toda, desde pelo menos 1982.

Chegou a ceder sua candidatura a prefeito para que o arquiteto entrasse triunfante na campanha dos 12 dias, ele que estava a serviço de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro. Depois, com seu discurso contundente, e boa penetração, nas camadas mais populares da população, foi vice no primeiro mandato de Cássio Taniguchi. A Tulio, tanto Lerner quanto Cássio tem uma dívida impagável. Agora, pelo motivo de colocar-se contra a venda da Copel, está sendo considerado publicamente um adversário do governo, desleal e coisas do gênero.

Tulio não precisa tanto de defesa quanto o princípio que ele, assim como o deputado Augustinho Zucchi,

defende: a um político de verdade convém que seja leal ao povo que o elegeu, não ao mandatário que o tenta subjugar.

Ademais - e nisso estamos de pleno acordo, durante sua campanha eleitoral, Lerner nunca falou nos palanques que iria vender a Copel. Que se prossiga no debate.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO EM SESSÃO DO DIA 02 DE ABRIL DE 2001.

“Tudo às claras”

Folha do Paraná

Pela ameaça de retaliação aos deputados aliados, tornada pública ontem pelo governador Jaime Lerner - e, por obviedade, extensiva aos demais - ao menos se sabe como funciona o sistema da relação entre o governo estadual e a Assembléia Legislativa. Em momentos de obter o que deseja - como, no presente caso, a venda da Companhia Paranaense de Energia (Copel) - o Executivo mostra seu poder e coloca as coisas claramente e sem dissimulações: quem não é a favor é porque está contra, e os contrários sofrerão punições, subentendendo-se, por natural conclusão, que os favoráveis serão beneficiados.

O postulado dos Poderes, tão apregoadado, de que não harmônicos porém independentes, é mais uma bela conceituação do politicamente correto e não uma realidade absoluta, porque na prática não é bom assim. Está acontecendo agora em Brasília, com o Palácio do Planalto utilizando-se de idênticos métodos para abortar a CPI da Corrupção, e acontece no Paraná. A metodologia, na esfera federal como aqui, não poderia ser mais transparente. Dessa forma, o que deveria ser um exercício da plena liberdade de decisão, que consagra as democracias, ganha a rotulagem de infidelidade.

É óbvio e indiscutível que, se Poderes são independentes - embora devam ser harmônicos na obediência ao ditame das leis e da conveniência pública - desaparece a figura da fidelidade cega, ou não teria significado a existência dos corpos legislativos e nem do sistema judiciário. Por mais que se compreenda os princípios da dinâmica política, pródiga em articulações, não se pode deixar de perceber um ranço ditatorial na declaração pública do líder do Governo na Assembléia de que “cada um escolhe o seu lado, e seria uma contradição manter benefícios aos que estão se colocando contra o governo”.

Por benefícios, entenda-se a distribuição dos recursos públicos e outros atendimentos a que todos os cidadãos têm direito e, pela ameaça do porta-voz governamental na Assembléia, os punidos acabarão sendo os cidadãos. Ou os deputados fazem como o governo quer ou serão penalizados e por extensão a população que representam. O governador cobra lealdade dos parlamentares aliados, mas há que distinguir o limite entre ser leal a um princípio partidário e ser subserviente.

Embora usual, a condição de lealdade de segmentos de um Poder a outro Poder é algo inconcebível num regime que se proclama democrático.

Cobrar lealdade é um ato arbitrário, porque um parlamentar deve ser livre, e redobradamente livre quando está em pauta uma discussão de grande relevância, como esta da privatização da Copel. Fidelidade, os deputados só devem aos cidadãos, e, no caso presente, devem ser fiéis à população, pois as manifestações que vêm ocorrendo são contrárias à transação que o governo deseja. No episódio, o governo incorre em duplo conflito: o de ferir o princípio da independência do Poder Legislativo o de contrariar frontalmente a vontade popular.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NELSON TURECK EM SESSÃO DO DIA 02 DE ABRIL DE 2001.

“Coluna do Leitor”
Caso Mariluz

Tem a finalidade a presente nota de repudiar veementemente a matéria publicada neste jornal,

datada de 23.03.2001, que “*in verbis*” afirma: “Cartaxo e o delegado de Umuarama, Marcolino Costa, estão fazendo acusações publicadas contra o padre desde o início do caso. O delegado disse que confia no seu faro investigativo: “tenho 28 anos de polícia e Adelino não me enganaria. Não o conheci pessoalmente, mas já vi muito criminoso igual. Ele tem muito verbo, muito papo, aprendido em seminário, estudou filosofia, sabe como enganar as pessoas”, afirmou. “Tal afirmação é uma infâmia e uma agressão desmedida e injustificável à Igreja Católica do ponto de vista do direito e da religião. O estudo de Filosofia no Seminário é para levar a uma compreensão e interpretação mais profunda da pessoa, da sua liberdade, da verdade, das suas relações com o mundo e com Deus e jamais para mentir ou enganar alguém, como insinuou a nota. A Igreja tem um profundo respeito às autoridades constituídas, a quem cabe esclarecer os fatos e responsabilizar o verdadeiro culpado e alerta que qualquer julgamento fora do processo legal e à luz dos princípios do direito é precipitado.

(a) DOM MAURO APARECIDO DOS SANTOS
Bispo de Campo Mourão/PR